Especialização em Direitos Humanos
e Contemporaneidade

DIRC19

Metodologia da Pesquisa

Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos

Universidade Federal da Bahia | *Faculdade de Direito*

Metodologia da Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITOS HUMANOS E CONTEMPORANEIDADE

Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos

Metodologia da Pesquisa

Salvador
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira
Vice-Reitor: Penildon Silva Filho
Pró-Reitoria de Extensão
Pró-Reitora: Fabiana Dultra Britto
Diretor da Escola de Direito:
Prof. Julio Cesar de Sá da Rocha

Superintendência de Educação a Distância -SEAD

Superintendente
Márcia Tereza Rebouças Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD
Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional
Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB
Andréa Leitão

Especialização Lato Sensu em Direitos Humanos e Contemporaneidade
Coordenador:
Prof. Julio Cesar de Sá da Rocha

Produção de Material Didático
Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens & Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto Gráfico
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Imagem de capa: Freepik

Equipe de Revisão:
Flavia Goulart M. Garcia Rosa
Simone Bueno Borges

Equipe Design
Supervisão:
Haenz Gutierrez Quintana
Danilo Barros

Editoração / Ilustração:
Ana Carla Sousa; Anatriz Souza; Gabriela Cardoso; Matheus Morais; Thalles Purificação; Tamara Noel

Design de Interfaces:
Danilo Barros

Equipe Audiovisual
Direção:
Haenz Gutierrez Quintana

Produção:
Rodrigo Araújo dos Santos;
Iasmin Santos;
Juliana Bispo

Câmera, teleprompter e edição:
Gleydson Públio

Edição:
Lucas Machado;
Marilia Gabriela

Animação e videografismos:
Melissa Araujo;
David Vieira

Edição de Áudio:
Igor Macedo;
Leonardo Mateus;
Lua Lemos

Esta obra está sob licença *Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0*: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFBA

V331 Vasconcelos, Jonnas Esmeraldo Marques de.

Metodologia da pesquisa / Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos. - Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2023.

70 p.

Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Especialização *lato sensu* em Direitos Humanos e Contemporaneidade na modalidade EaD da UFBA.

ISBN: 978-65-5631-121-0

1. Pesquisa - Metodologia. 2. Projetos científicos. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Direito. II. Universidade Federal da Bahia. Superintendência de Educação a Distância. III. Título.

CDU: 001.42

Elaborada por Marcos A. N. Ferreira
CRB-5: BA-001758/O

Sumário

Apresentação da Disciplina 07

Sobre o Autor 09

Introdução 10

Unidade Temática 1 - O que é o saber científico?. 12

1.1 Ciência como processo 12

1.2 Ciência, senso comum, religião e ideologia 14

1.3 Determinações da ciência 16

1.3.1 O local da pesquisa científica: notas sobre a universidade brasileira 16

1.3.2 Os agentes da ciência 17

1.3.3 A ciência e a geopolítica do saber 18

1.4 Ciência e método. 20

1.4.1 Teoria do conhecimento: filosofias e métodos 20

1.4.1.1. Metafísica: idealismo e materialismo 21

1.4.1.2 Epistemologia clássica: racionalismo e empirismo. 21

1.4.1.3 Lógica: indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo 21

1.4.1.4 Algumas críticas. 22

1.4.2 Sociologia do conhecimento: ciências e métodos 23

1.4.2.1 Positivismo 24

1.4.2.2 Historicismo 24

1.4.2.3 Marxismo 24

1.5 Ciência e Ética 25

1.6 Observações finais. 28

Unidade Temática 2 - O que são técnicas e ferramentas de pesquisa? 29

2.1 Dicas de leitura 29

2.1.1 Leitura Interna 31

2.1.2 Leitura Externa 32

2.2 Técnicas de Estudo 32

2.2.1 Ficha de Leitura. 33

2.2.1.1 Referenciamento 36

2.2.1.2 Informações sobre autoria 36

2.2.1.3 Resumo 37

2.2.1.4 Resenha 38

2.2.1.5 Fichamento. 38

2.2.1.6 Banco de Citações 39

2.3 Tipos de pesquisa 40
2.3.1 Pesquisa forense e pesquisa científica 40
2.3.2 Pesquisa científica: teórica e empírica *41*
2.3.2.1 Abordagens quantitativas e qualitativas *42*
2.4 Técnicas de investigação 44
2.4.1 Revisão bibliográfica *44*
2.4.2 Técnicas empíricas *46*
2.4.2.1 Estudos de interações cotidianas: observação participante e pesquisa-ação . . . *46*
2.4.2.2. Estudos de experiências, valores e atitudes: entrevistas e questionários *47*
2.4.3 Análise de Discurso e Análise de Conteúdo *49*
2.4.3.1 Análise de Conteúdo e direito *49*
2.4.3.2 Análise de Discurso e direito *49*
2.5 Observações finais 50
Unidade Temática 3 - Como se estrutura um projeto de pesquisa? 51
3.1 Função do projeto 51
3.2 Princípios da pesquisa 52
3.2.1 Precisão *52*
3.2.2 Exaustão *53*
3.2.3 Clareza *53*
3.2.4 Exterioridade *54*
3.2.5 Uniformidade *54*
3.3 Elementos de um projeto de pesquisa 55
3.3.1 Título *55*
3.3.2 Delimitação do tema *56*
3.3.2.1 Formulação do problema *56*
3.3.2.1.1 Tipos de problema de pesquisa *58*
3.3.3 Justificativa *59*
3.3.3.1 Hipóteses e referenciais teóricos *60*
3.3.4 Objetivos *60*
3.3.5 Metodologias e técnicas de pesquisa *61*
3.3.6 Sumário provisório *61*
3.3.7 Cronograma *61*
3.3.8 Referências bibliográficas *62*
3.4 Notas finais sobre a redação científica 62
Referências 65

Ilustração: Freepik

Apresentação da Disciplina

O que é metodologia da pesquisa?

Qual a sua importância para os direitos humanos?

Não é de se espantar, se você fez perguntas como essas quando ingressou no curso de Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na modalidade EAD (Ensino a Distância), e se deparou com a obrigatoriedade do componente curricular.

Não tem problema! Este livro foi pensado justamente para ajudar você a navegar sobre os principais assuntos desta disciplina, revelando, ao mesmo tempo, a sua importância para a tão pretendida formação em direitos humanos.

A metodologia é, a um só tempo, um campo do saber acessório à atividade científica e um conjunto de regras de caráter normativo, estabelecendo padrões à pesquisa. Dessa maneira, a metodologia pode ser entendida como um saber sobre o saber-fazer das práticas científicas (Bittar, 2015, p. 48)

Dito isso, já gostaria de destacar que conhecimentos de metodologia da pesquisa são fundamentais para qualificar o conjunto dos saberes e práticas em direitos humanos. Isso porque a capacidade de estudar e de realizar pesquisas de forma organizada, planejada, dotada de técnicas úteis para sistematização e organização de informações, é essencial e indispensável para conhecer e lidar com o direito em suas diversas manifestações.

Afinal, não podemos esquecer que o direito, para além da dimensão normativa – das leis, decretos, regulamentos etc. –, é um fenômeno social, dinâmico e complexo. Direito não é algo que só existe nos livros ou nos documentos oficiais, mas é uma relação social.

Nesse sentido, o direito tem historicidade, alterando-se no tempo e no espaço, uma vez que é moldado por uma série de fatores – sociais, ideológicos, políticos, econômicos – da realidade concreta. Por isso, os saberes metodológicos são úteis para nos ajudar a compreender os direitos humanos em suas múltiplas dimensões e determinações sociais.

E, nunca se esqueçam, compreender é uma ferramenta da/e para a transformação. É conhecendo que a gente pode melhor intervir na realidade, buscando melhorá-la. Ao mesmo tempo, intervir na realidade é também momento de ampliação do nosso conhecimento sobre a mesma.

Portanto, agir e pensar, pensar e agir, não se antagonizam, mas são momentos do existir humano. Momentos que demandam técnicas e procedimentos específicos, quando se quer uma intervenção e reflexão mais qualificada na realidade. Lição extremamente valiosa, especialmente no campo dos direitos humanos, não é verdade?

Não tenho dúvidas que buscar compreender as razões da distância que separam ideais e valores de igualdade humana, de dignidade, de bem-estar coletivo, de felicidade, dentre outros, das inúmeras iniquidades, violências e situações de opressão existentes é fundamental para transformar essa realidade. E, para isso, os saberes da metodologia da pesquisa poderão nos ajudar.

Bons estudos!

Ilustração: Freepik

Sobre o Autor

Prof. Dr. Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos

Doutor, mestre e bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da UFBA. Professor de Direito da Universidade Salvador (Unifacs). Professor do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas da Unifacs.

Ilustração: Freepik

Introdução

O presente livro não pretende fazer, sob nenhuma hipótese, uma espécie de tratado ou manual sobre metodologia da pesquisa. Já existem excelentes obras disponíveis com esse propósito. Parte delas, inclusive, fundamentou o nosso trabalho e estão listadas nas nossas referências bibliográficas.

O propósito deste texto é fornecer uma exposição o mais didática possível de determinados conteúdos considerados úteis para uma introdução à matéria, alinhada com os objetivos do curso de Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade da UFBA, na modalidade EAD.

Objetiva-se apresentar a vocês as linhas gerais de alguns importantes debates sobre a cientificidade do conhecimento, sobre a ética na pesquisa e sobre as técnicas e procedimentos mais comuns na realização de investigações, na área das chamadas ciências humanas e sociais, à qual o direito está relacionado. Esse estudo deve ser complementado com a bibliografia indicada e disponibilizada pelo curso.

Utilizando uma linguagem acessível, sem perder a profundidade, os conteúdos abordados neste livro foram pensados em torno de três questões fundamentais. Essas questões, ao mesmo tempo, estruturam todo o livro. São elas:

a) *O que é o saber científico?*

b) *O que são técnicas e ferramentas de pesquisa?*

c) *Como se estrutura um projeto de pesquisa?*

Dessa forma, o primeiro capítulo oferece uma visão panorâmica dos conceitos gerais que ajudam a compreender a natureza singular do conhecimento científico, à luz das críticas ao "mito da neutralidade" e aos "epistemicídios" presentes em visões dominantes sobre o assunto. Nesse contexto, examinaremos questões éticas derivadas da pesquisa científica, abordando os objetivos, os métodos e o próprio pesquisador. Este capítulo, sem dúvida, é o mais teórico e pode exigir, em certos momentos, um maior grau de abstração. No entanto, a intenção é demonstrar como esses conteúdos são essenciais para enriquecer a compreensão dos temas explorados, nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, apresentaremos as principais técnicas e ferramentas de pesquisa utilizadas no âmbito das ciências humanas e sociais. Além de oferecer sugestões sobre como realizar uma leitura eficaz de textos acadêmicos, abordaremos as perspectivas quantitativas e qualitativas, assim como as práticas de investigação empírica e teórica.

O terceiro capítulo assume um caráter mais prático, pois delineia os elementos essenciais para a elaboração de um projeto de pesquisa na área do direito. Nosso objetivo é mostrar o projeto de pesquisa como um plano de trabalho valioso e necessário para conduzir uma investigação bem fundamentada sobre uma questão – seja ela empírica ou teórica.

Ao concluir cada um dos capítulos, apresentaremos sugestões de bibliografia adicional para aqueles que desejam aprofundar-se nos temas abordados.

Espero que apreciem a leitura!

Ilustração: Freepik

Unidade Temática 1 - O que é o saber científico?

Antes de prosseguirmos com análises específicas das técnicas e métodos de investigação, é relevante darmos um passo anterior e ponderarmos sobre a essência do conhecimento científico. Afinal, o que define a ciência? Existe uma única forma de ciência ou múltiplas? Quais distinções existem entre o conhecimento científico e outros saberes sociais? Como os valores morais influenciam a prática científica? Essas são questões que serão exploradas ao longo deste capítulo.

1.1 Ciência como processo

Em um primeiro olhar, podemos afirmar que a ciência se origina da busca humana em compreender a realidade. Do ponto de vista filosófico, é comum referir-se à realidade (seja natural ou social) como o "objeto", enquanto aquele que investiga é o "sujeito". Assim, a ciência se apresenta como a expressão da prática do sujeito que procura compreender um objeto.

Entretanto, quando aprofundamos a exploração do tema da ciência, percebemos emergir diversas perspectivas sobre a extensão, precisão e/ou capacidade desse esforço. Dentro desses debates, podemos encontrar duas visões extremas. Por um lado, há aqueles que consideram a ciência como a expressão definitiva da "verdade" acerca da realidade. Nesse contexto, a ciência é vista como sinônimo de um conhecimento superior, incontestável e quase divino. Por outro lado, existem os que consideram a ciência como uma "mera opinião". Nesse espectro, é frequente encontrar indivíduos que negam à ciência o papel de geradora de conhecimento válido - provavelmente você já ouviu falar dos *negacionistas*, não é mesmo?

É interessante observar que nessas visões polarizadas, ora a ciência é considerada o conhecimento mais relevante que existe, ora é tratada como um saber insignificante. Evitando esses extremos, podemos adotar uma perspectiva mais elaborada sobre o assunto, que é a visão dialética: a ciência é compreendida como um *processo*.

A ideia de "processo" implica movimento, transformação e, portanto, mutabilidade. Nesse sentido, a ciência é mais bem entendida como um processo porque:

a) **A realidade é, em si, dinâmica**. Ou seja, está em constante movimento, interagindo e transformando-se. É inegável que diferentes elementos da realidade – sejam sociais ou naturais – passam por transformações em ritmos e intervalos temporais distintos, decorrentes de fatores próprios. É improvável que alguém discorde, por exemplo, que as mudanças climáticas ocorram em uma escala temporal e por razões específicas diferentes das mudanças de governos, não é mesmo? Reconhecer esse movimento nos objetos de estudo da ciência, junto com suas particularidades, não implica afirmar que não podem existir interações e conexões mútuas entre fenômenos da natureza física e fenômenos sociais. Continuando com o exemplo anterior, não seria viável considerar que certas políticas governamentais possam contribuir para o aquecimento global e, assim, impactar significativamente a dinâmica climática global?

b) **A nossa capacidade de conhecer também está em constante transformação.** Afinal, estamos constantemente interagindo, lendo, estudando, observando, refletindo, dialogando, absorvendo novos elementos, criando conceitos e reinterpretando fatos, entre outras atividades. Essa incessante jornada do conhecimento acompanha nossa existência. Além disso, perceber isso é entender que a própria realidade observada é influenciada pelo observador, devido à unidade dialética entre o sujeito e o objeto da pesquisa. Abordaremos isso detalhadamente, mais adiante, mas desde já destaco a noção de que o sujeito, o cientista, molda e é moldado pela realidade que explora. Nessa visão, o cientista pode ser comparado a um pintor, retratando a realidade de um ângulo específico,

dentro de um determinado tempo e espaço. E, ao fazer isso, essa representação influencia as percepções dos outros sobre essa mesma realidade, até que entre em contraste com outras 'pinturas', estimulando reflexões adicionais a partir de diferentes "ângulos" e "técnicas".

Se a realidade é mutável e o conhecimento também evolui, como podemos considerar a ciência detentora de verdades absolutas, definitivas e, consequentemente, estáticas? Pelo contrário, sendo um processo, a ciência se desenvolve por meio de debates. No entanto, não se trata de qualquer debate casual, como aquele que ocorre eventualmente em um bar. A ciência se destaca como uma forma particular de representar a realidade, distinta de outras formas de representação, como as artes e a religião, entre outras. Agora é o momento de aprofundarmos nas características do conhecimento científico.

1.2 Ciência, senso comum, religião e ideologia

Ao examinar o que diferencia o conhecimento científico dos outros saberes sociais, Pedro Demo (1985) oferece uma argumentação esclarecedora ao contrastar a ciência com o senso comum, a religião e a ideologia.

O senso comum é termo que expressa um conjunto de saberes práticos acumulados de forma mosaica, visto que múltiplas ideias (crendices, conhecimentos populares, mitos, argumentos científicos etc.) se justapõem, não necessariamente de forma coerente entre si, conformando repertórios de saberes dos mais diferentes grupos sociais. Ou seja, todo grupo social tem um senso comum que lhe é particular, pois resulta da socialização difusa de ideias que marcam a existência dos indivíduos[1]. Não se trata, em absoluto, de ausência de conhecimento, mas de uma forma própria (Demo, 1985, p. 31). Essa forma própria tem como grande marcador a despreocupação com a coerência lógica entre as diferentes ideias que conformam seu repertório, o que se diferencia das preocupações tanto da ciência quanto da religião.

O conhecimento religioso também se apresenta como uma maneira de representar a realidade. No entanto, ao contrário do senso comum, a religião, assim como a ciência,

1 Em sentido semelhante, Antonio Gramsci (2011, p. 100-101) traz uma contribuição muito relevante ao apresentar o "senso comum" como uma espécie de "consenso espontâneo", ou seja, como um conjunto de representações difundido e compartilhado entre os grupos sociais. À medida que significa conhecimentos socializados, pode-se entender que cada camada social, mesmo as mais intelectualizadas, desenvolveria sua espécie de senso comum. O senso comum da grande massa, por sua vez, seria particularmente difuso, incorporando distintas concepções de mundo. Tratar-se-ia de verdadeiro mosaico de saberes, onde coexistiriam expressões da consciência tanto dos subordinantes quanto dos subalternos, conferindo significados distintos aos conflitos sociais. E, ao passo que expressa a normalização de determinadas representações sociais, o senso comum se apresentaria como locus central da operação ideológica do que chamou de hegemonia.

busca atribuir um sentido global, lógico e coeso à realidade. Em outras palavras, cada sistema religioso oferece um conjunto de conceitos destinados a conferir significado às questões da existência, dentro da lógica de seus pressupostos fundamentais e dogmas. Portanto, o conhecimento religioso se estabelece pela consistência de suas proposições em relação aos seus dogmas – por exemplo, a crença na existência de uma divindade específica). Por isso, podemos dizer que cada religião expressa uma certa teologia (*teo* = divino + *logos* = saber).

Ainda que se aproxime da religião ao esforçar-se por oferecer uma representação coerente e lógica da realidade, a ciência se distingue dela por, pelo menos, uma característica fundamental: a ciência busca ser, por definição, antidogmática. Em outras palavras, seus pressupostos podem ser alvo de crítica contínua, podem ser abandonados, reformulados ou transformados, sem que a ciência perca sua essência. Para exemplificar, ao rejeitar e transcender o pressuposto da existência de um divino, abandona-se o domínio da religião. Por outro lado, ao rejeitar e transcender os pressupostos da física mecânica em favor da física quântica, não abandonamos o território científico, mas sim o exploramos mais profundamente. Isso porque, como ideal, a atividade científica busca compreender a realidade tal como ela é, ainda que a sua manifestação seja eventualmente contrária às crenças e desejos pessoais prévios e pré-concebidos.

Separar desejo de análise não é uma tarefa fácil e simples, pois somos seres valorativos por excelência. Valores ligados ao contexto e à perspectiva do pesquisador moldam as perguntas formuladas e as respostas encontradas. Negar a presença de valores na atividade científica seria cair no mito absurdo da neutralidade, um assunto que abordaremos com mais profundidade posteriormente. Por ora, importa destacar que a visão de ciência mais sofisticada é aquela que busca conviver criticamente com a ideologia.

Em sentido muito específico, o conceito de ideologia abordado aqui expressa a "justificação das posições sociais" (Demo, 1985, p. 31). Como uma dimensão do poder, a ideologia se revela quando, por exemplo, a persuasão se torna mais importante do que a compreensão. Isso ocorre quando determinados interesses, valores e/ou crenças se sobrepujam à busca pelo entendimento. A eficácia da ideologia é maior quanto menos ela se manifesta de maneira explícita. Não devemos nos enganar, todas as formas de representação da realidade têm uma correspondente prática ideológica. O proselitismo não é exclusivo das religiões; ele também está presente nas ações de

muitos pesquisadores. Portanto, a ciência, longe de negar a existência da ideologia, deve sempre elucidá-la e lidar com ela de maneira crítica.

Em suma, a crítica e a autocrítica são partes essenciais do processo de construção do conhecimento científico que busca se aproximar de seu propósito ideal: compreender a realidade conforme ela se apresenta. Para atingir esse objetivo, é crucial prestar atenção às principais determinantes que moldam a prática científica.

1.3 Determinações da ciência

Uma das ilusões que devem ser abandonadas para se entender o desenvolvimento da ciência é a de que ela decorreria de inspirações de gênios em suas jornadas solitárias, nas suas oficinas particulares. Isso não significa que não haja pessoas que se destaquem por suas habilidades investigativas, nem que a criatividade não desempenhe um papel crucial. No entanto, a ciência é uma empreitada que requer comprometimento, dedicação, organização, disciplina, recursos, infraestrutura, equipe e muito mais. Em resumo, a ciência é um trabalho. E, como qualquer trabalho, não pode se desenvolver à margem das influências que moldam seu curso. Isso começa com os próprios ambientes nos quais ela floresce.

1.3.1 O local da pesquisa científica: notas sobre a universidade brasileira

No caso brasileiro, as universidades concentram a maior parte da produção científica, sobretudo as públicas. Ainda que existam projetos científicos desenvolvidos por outras instituições, a universidade pública é o verdadeiro epicentro da ciência brasileira, apesar dos constantes e históricos ataques a esse patrimônio da educação nacional.

Reconhecer isso nos conduz a refletir sobre as difíceis condições materiais para o desenvolvimento da ciência no país. Anos de sucateamento, de contenção periódica de recursos, da escassez estrutural de infraestrutura (laboratórios, bibliotecas etc.), entre outros fatores, têm influenciado negativamente a capacidade do país de produzir conhecimentos necessários para compreensão e solução dos seus próprios problemas [2].

2 Vide: https://jornal.usp.br/noticias/ciencia-brasileira-deixa-a-uti-mas-requer-cuidados-para-voltar-a-crescer-dizem-pesquisadores/?fbclid=PAAaaZJ-3KBWJ1A_yAaADl4jVd3zoBfz5esyHXvn8RH2TcATL-y8r1QuIsUT0

Isso sem falar das regras, dos ritos acadêmicos, das burocracias e dos imperativos de privatização que também afetam o *modus operandi* da pesquisa.

Esse diagnóstico se conecta à crítica de Marilena Chauí (2003) à universidade contemporânea resultante do aprofundamento do neoliberalismo no país, que ela alcunha de "universidade operacional"[3]. Nesse contexto, a universidade passa a ser administrada como uma empresa, moldada por dentro e por fora pela lógica privatista. Dentro desses imperativos, as pesquisas frequentemente são constrangidas a se tornarem supostamente mais "pragmáticas", "eficientes" e "produtivas" – sempre conforme os critérios do mercado. Não é de se espantar que, dentro dessa lógica, qualquer reflexão de crítica social, que, inclusive, questione a validade dos critérios de mercado, passa a ser desestimulado – quando não cinicamente atacado como "ideológica" ou "de partido".

Nesse cenário, nota-se, de um lado, a dependência financeira crônica das universidades, conformando uma *heteronomia* da ciência, pois a atividade de pesquisa acaba mais orientada pelas fontes de recursos disponíveis do que pela importância teórica ou social de um problema de investigação. De outro lado, tem-se o surgimento de movimentos que deslegitimam o caráter social da universidade (pública, especialmente), comumente tida como irrelevante, sobretudo pela crítica à produção de conhecimentos visto como estéreis, isto é, sem aplicação empresarial. Disso, resulta um cenário perversamente paradoxal, no qual o crescente desenvolvimento científico-tecnológico resta acompanhado pela ampliação do obscurantismo (fanatismos, anti-intelectualismos, entre outros) no seio da população.

1.3.2 Os agentes da ciência

No plano dos indivíduos, por sua vez, há a edificação de uma *forma mentis* particular, demandando dos agentes da ciência um conjunto de posturas adequadas ao trabalho. Para Pedro Demo (1985, p. 39), a postura do cientista seria composta pela junção de:

3 "Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual" (Chauí, 2003, p. 7).

a) espírito crítico, significando a postura que dá primazia à contestação dos pretensos resultados científicos, sobre sua consolidação; no fundo, não acredita em consolidação, mas na necessidade de constante superação;

b) rigor no tratamento do objeto, significando sobretudo a necessidade de definir bem, distinguir cuidadosamente, sistematizar com detalhe e fineza;

c) trabalho *sine ira et studio*, significando a atitude distanciada, na procura de não se deixar envolver em excesso por aquilo que gostaríamos que fosse, em detrimento daquilo que de fato é;

d) profundidade de análise, significando a recusa de deter-se na superfície das coisas, na visão imediata, na ingenuidade da informação primeira;

e) ordem na exposição, significando a montagem concatenada, arrumada, clara da pesquisa e da análise;

f) dedicação à ciência, tomada como *vocação*, ou seja, feita com convicção íntima, com prazer, com realização pessoal;

g) abertura incondicional ao teste *alheio*, a fim de superar colocações subjetivistas, etéreas ou excessivamente gerais, que não conseguem ser reproduzidas pelos colegas;

h) assídua *leitura* dos clássicos, para conhecimento aprofundado de como viram a realidade e até que ponto foram capazes de objetivação;

i) dedicação ao *estudo das principais teorias*, metodologias e da produção atual, com vistas ao posicionamento inteligente dentro da discussão e ao amadurecimento de uma personalidade própria científica.

Em suma, o agente da ciência deve adotar esses valores e práticas, tornando-se apto a produzir saberes com elevado grau de capacidade de análise e de profundidade.

1.3.3 A ciência e a geopolítica do saber

Outra ilusão que deve ser afastada é a de que o trabalho científico estaria alheio aos processos de violência (física e cultural) que marcam a história da humanidade, que conformaram uma série de hierarquias entre povos e nações. Desde o século XVI, ao menos, vemos a expansão e imposição da cosmovisão europeia sob as demais regiões do globo, atuando como se fosse detentora de saberes universais e superiores, a partir das empreitadas coloniais e imperiais, e relegando aos povos da periferia o papel de consumidores desses valores "civilizados".

Em um processo historicamente mediado por práticas genocidas, de espoliação e de conquista territorial, Ramon Grosfoguel (2016) aponta que foi estruturado um verdadeiro "privilégio epistêmico dos homens ocidentais". Nas palavras do autor:

> A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) **têm dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais.** Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (Grosfoguel, 2016, p. 25, grifos nossos)

No direito, tal privilégio é perceptível pela desconfortante constatação de que os cânones do saber jurídico – ou seja, aqueles que são reproduzidos largamente nas academias e instituições jurídicas – não só são homens brancos, como, via de regra, não ultrapassam as fronteiras de mais ou menos cinco países (Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Estados Unidos, em especial).

Tal dinâmica expressa aquilo que Daniel Bonilla chama de "modelo colonial de produção de conhecimento jurídico" (Bonilla, 2015, p. 19). Nesse modelo, os intelectuais da periferia acabam se conformando como os reprodutores das teses produzidas pelos cientistas daqueles poucos países. Ainda, as produções de saberes nativos da periferia tendem a ser desvalorizadas frente aos conhecimentos produzidos pelos intelectuais do centro. Os de cá são interpelados como provincianos, enquanto os de lá são supostamente criadores de verdades universais. É por essas e outras que a maioria das pessoas já deve ter ouvido falar mais das ideias de cientistas franceses ou ingleses do que das de haitianos ou de bolivianos, por exemplo.

Essa dinâmica do conhecimento estrutura, portanto, relações de poder entre povos, ao moldar o campo de pensamento dentro das perspectivas culturais e intelectuais oriundas de poucos países dominantes. Isso é o que Immanuel Wallerstein (2007) chamou de "retórica do poder", que se expressa mediante a universalização de visões particulares. Afinal, a dominação não é apenas uma questão militar ou econômica, mas ela é também cultural. Conquistar "mentes e corações", a depender das circunstâncias, pode ser tão ou mais eficiente do que invadir as fronteiras geográficas de uma região do mundo.

Em resumo, é crucial entender que a ciência também é influenciada pelas disputas geo-culturais. Acreditar no contrário seria cair na armadilha do 'universalismo' de alguém, contribuindo, consciente ou inconscientemente, para perpetuar dinâmicas de poder que favorecem interesses particulares. Para adotar uma abordagem crítica, devemos reconhecer que essas estruturas geopolíticas exercem influência sobre os métodos que orientam as atividades científicas, e não fingir ou acreditar que inexistem.

Quanto à questão metodológica, em especial, exploraremos essa análise com mais profundidade no próximo tópico.

1.4 Ciência e método

De origem grega, o significado etimológico de "método" se aproxima da ideia de "caminho". Na busca do conhecimento, pode-se extrair dessa palavra um sentido instrumental, pois se estruturaria como a rota que ligaria dois pontos: o estado inicial de ignorância (ponto de origem) com o estado de conhecimento acumulado (ponto de chegada) (Bittar, 2015, p. 26).

Apesar dessa primeira aproximação conceitual, é importante salientar que o significado de método varia de acordo com a diversidade de perspectivas filosóficas e científicas existentes na história do pensamento. Ou seja, há uma multiplicidade de sistemas e conceitos em torno do tema.

Como observa Pedro Demo (1985, p.21-22), é possível identificar, ao menos, dois grandes enfoques de análise sobre a questão do método. Um é o da "teoria do conhecimento", caracterizado pelas reflexões sobre a natureza do ato cognitivo – seus procedimentos lógicos, suas formas de raciocínio, dentre outros assuntos. O outro é o da "sociologia do conhecimento", marcado pela análise da ciência enquanto uma prática social, à luz de seus distintos ramos de especialização e de interação. Ao passo que o primeiro aborda o método a partir de uma ótica eminentemente filosófica, o segundo o faz pelo viés das práticas científicas.

Essas dimensões estão, por conseguinte, em intrínseca relação. Pois, o próprio conceito de ciência depende de uma concepção da realidade (o que é questão filosófica), emergindo, com isso, múltiplos entendimentos sobre o método. Em sentido semelhante, Nicholas Walliman (2011) defende a importância do estudo filosófico justamente por explicitar as concepções pressupostas nas práticas científicas.

1.4.1 Teoria do conhecimento: filosofias e métodos

Como argumenta Alysson Mascaro (2014), a filosofia possui uma dupla estrutura: a) é uma tradição de pensamento sistematizada (daí o papel dos "cânones", cuja importância e categorização mudam ao longo da história da filosofia) e b) é uma reflexão profunda e estruturada do pensamento humano a respeito de si e do mundo.

Tendo em vista essa duplicidade, a filosofia comumente é dividida em ramos disciplinares – "metafísica" como o estudo dos sentidos e finalidades; "epistemologia" como o estudo do conhecimento científico; "lógica" como o estudo das formas de raciocínio entre outros –, cujos significados e maneiras de classificação podem, todavia, variar conforme a tradição de pensamento tomada como referência.

1.4.1.1 Metafísica: idealismo e materialismo

Para Walliman (2011), ao se olhar para a questão do método a partir das perguntas metafísicas (por exemplo: *o que é a realidade?*), as reflexões se desenvolveram entre dois extremos: *idealismo* e *materialismo*.

Enquanto o idealismo abordaria a realidade como uma construção subjetiva, o materialismo a entenderia como algo independente e externo ao sujeito cognoscente. Entre esses extremos, todavia, uma miríade de outras teorias intermediárias se desenvolveria.

1.4.1.2 Epistemologia clássica: racionalismo e empirismo

Nas questões específicas do ramo da epistemologia (por exemplo: *qual a natureza do conhecimento científico?*), as perspectivas metafísicas se entrecruzam, para Walliman (2011), entre duas formulações filosóficas clássicas: o *racionalismo* e o *empirismo*.

Ao passo que para o racionalismo o conhecimento seria derivado da razão, para o empirismo o saber seria decorrente da experiência sensorial. Nesse sentido, o procedimento lógico da *dedução* (que é partir de uma concepção geral para se abordar o concreto particular) estaria para o racionalismo como a *indução* (que é partir do concreto particular para se derivar uma concepção geral) estaria para o empirismo.

1.4.1.3 Lógica: indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo

Como observa Alan Chalmers (1993), apesar de reflexões sobre indução e dedução remontarem, ao menos, aos clássicos da filosofia grega, o tema ganhou novo desenvolvimento em virtude dos processos históricos e sociais que marcaram o florescimento das investigações científicas na Modernidade, especialmente a partir do século XVII.

Francis Bacon (1561-1626), por exemplo, destacar-se-ia ao defender a existência de um único método para caracterizar a ciência: o indutivo. Bacon defendia que o conhecimento científico adviria da observação direta dos eventos da natureza, e não a partir das teorias. Nessa linha de raciocínio, o método indutivo preconizaria a observação de um grande número de situações, em uma variedade ampla de condições, para, a partir dessa base empírica, derivar uma proposição teórica (as chamadas "leis gerais"). A teoria induzida, por sua vez, serviria de base para posteriores deduções capazes de prever e explicar novos fenômenos, por meio de *silogismos* ("se A é B. Se B é C. Logo, A = C"). Em suma, para a

vertente indutivista, a teoria seria um resultado posterior à observação, essa última tida, então, como a verdadeira fonte do conhecimento científico.

A primazia do método indutivo, comum no campo do empirismo, foi descartado por vertentes racionalistas. Para René Descartes (1596-1650), por exemplo, o fundamento do conhecimento residiria na faculdade de pensar. A razão seria, para ele, a única referência para a verdade, e não a experiência sensorial. Assim, a partir de premissas formuladas pelo pensamento, como os conhecimentos universais, a dedução se apresentaria como o método para explicar os fenômenos particulares. Em um sentido próximo, Immanuel Kant (1724-1804), apesar de não desprezar a esfera da empiria para a construção do conhecimento, argumentava também que o saber somente seria possível pela existência de categorias conceituais prévias no pensamento, que tornam os fatos observados inteligíveis. Dentro dessa chave racionalista, não haveria observação sem conceitos pressupostos, a exemplo das noções de tempo e espaço.

A visão indutivista seria, ainda, alvo da crítica de Karl Popper (1902-1994). Para ele, a ciência não começaria com a observação, mas com os problemas formulados por uma certa teoria. A teoria seria, então, tomada como uma *hipótese* a ser testada. Uma vez falseada, a hipótese deveria, então, ser abandonada. A ciência se desenvolveria, na visão de Popper, por meio de tentativa e erro, onde não haveria teoria verdadeira, mas uma teoria "superior", visto que ainda não falseada. Dessa maneira, o método científico seria para Popper o *hipotético-dedutivo*.

1.4.1.4 Algumas críticas

Há de se destacar que os pressupostos filosóficos das formulações indutivas e dedutivas, presentes no empirismo e no racionalismo e demais variantes, foram objetos de, ao menos, dois grupos de críticas.

De um lado, as investidas teóricas de Friedrich Nietzsche (1844-1900) contra a ideia da razão iluminista, desconstruindo o que chamou de "muletas metafísicas": as ilusões a) da *finalidade*, como se houvessem sentidos para os acontecimentos, b) da *unidade*, como se a ciência fosse capaz de explicar tudo, e c) da *verdade*, como se houvesse uma identidade entre representação do pensamento e realidade. Esse tipo de crítica conflui, inclusive, com certas perspectivas pós-modernas que apontam para o caráter discursivo da ciência, de sua relação com as estruturas de poder, desconstruindo o seu *status* de saber superior.

De outro lado, a crítica dicotomia e dualidade sujeito-objeto seria formulada nas fileiras do materialismo histórico-dialético. Para Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels

(1820-1895), a concepção dual implica em maneiras aparentemente opostas, mas igualmente metafísicas de se compreender a realidade. Ora ela seria identificada com o próprio pensamento (caso do racionalismo), tornando o sujeito suposto criador do real, ora a realidade seria o polo ativo, colocando o sujeito em uma posição contemplativa, de receptáculo do real (caso do empirismo).

Para Marx e Engels, ao contrário, é o "ser social" que determina a consciência (por isso, são *materialistas*). Todavia, tal relação não ocorre de maneira dicotômica e mecânica. Para eles, a realidade não deixaria de ser, ao mesmo tempo, uma produção do pensamento, do sujeito, ainda que sem identidade entre o real e a sua representação. Essa unidade contraditória (por isso, *dialética*), não aconteceria em um terreno abstrato, mas em condições específicas do desenvolvimento humano (por isso, *históricas*). Isso significa que o conhecimento seria um contínuo processo, resultante da interação, socialmente determinada, entre sujeitos e objetos. Essa concepção romperia, portanto, com qualquer pressuposto de "verdade absoluta". Nessa chave filosófica, o método científico seria visto como uma crítica imanente dos conceitos à luz das condições históricas concretas, a partir de um duplo movimento do pensamento, que iria a) do *simples ao complexo* e b) do *abstrato ao concreto*.

O que se busca demonstrar com esse incipiente e despretensioso panorama é que cada concepção filosófica corresponde a uma perspectiva particular sobre a ciência, orientando o seu desenvolvimento, suas divisões e práticas.

1.4.2 Sociologia do conhecimento: ciências e métodos

A questão do método também pode ser analisada a partir do prisma das práticas científicas, que é o olhar da sociologia do conhecimento (Demo, 1985, p.21-22). Nesse nível analítico, há um enfoque na relação entre os distintos ramos da ciência, que se especializam no esforço de conhecer e dominar os variados componentes da realidade física e social. Ramos que são usualmente divididos entre dois grandes blocos: o das "ciências da natureza" e o das "ciências humanas".

Em face dessa divisão, surgem debates se haveria algum método comum para qualificar ambos os blocos como científicos. Seguindo de perto o argumento de Michael Löwy (2000), seriam as dimensões do *positivismo*, do *historicismo* e do *marxismo* que polarizam as principais respostas ao problema da unidade dos métodos entre as ciências.

1.4.2.1 Positivismo

Tal qual o historicismo e o marxismo, o positivismo é um campo teórico vasto, não podendo ser entendido como um monólito. Isso posto, para fins expositivos, podemos enquadrar dentro de uma dimensão positivista os pensadores que tomam as ciências da natureza (e os seus métodos) como *o parâmetro* de ciência.

Um clássico expoente dessa perspectiva foi Auguste Comte (1798-1857), para quem haveria uma ordem natural na sociedade a ser descoberta pela ciência positiva. Para Comte, o cientista social deveria adotar os mesmos procedimentos da ciência natural, isentando-se de juízos de valores para produzir um conhecimento supostamente verdadeiro sobre as relações humanas, visto que neutro.

Para o positivismo, a neutralidade seria, em apertada síntese, uma postura metodológica que o sujeito precisa adotar para não contaminar o objeto com os seus ideais e, com isso, ser capaz de produzir um saber tido por científico. Como veremos a seguir, muitas críticas surgiram sobre essa proposta, tida como um *mito*. Afinal, como se isentar de valores? Ainda, quem garantiria tal isenção? Para Löwy (2000, p.32), esse mito lembra a fábula do *Barão de Münchhausen*: um herói que busca se salvar de um afogamento, puxando a si próprio pelos cabelos.

1.4.2.2 Historicismo

O historicismo consiste, por seu turno, em uma dimensão epistemológica que rejeita a ideia de unidade entre as ciências. Para os pensadores dessa perspectiva, de maneira geral, existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os humanos, que impediriam a aplicação de um mesmo método. Isso porque, ao contrário dos primeiros, os fatos humanos somente podem ser compreendidos em sua historicidade. Como a análise seria sempre apreendida a partir de um ponto de vista, haveria, então, um condicionamento social intrínseco aos saberes produzidos pelas ciências.

Em virtude da percepção de que cada ponto de vista expressaria uma faceta da realidade, o historicismo preconiza, então, a ideia de relatividade do saber. Ideia que comporta, ao menos, duas variantes de respostas para a questão da cientificidade do conhecimento: a) *ceticismo* e b) *ecletismo*. Enquanto que o ceticismo consiste em uma postura extremada que negaria a possibilidade de se conhecer a realidade, o ecletismo, por outro lado, apostaria no método da composição entre os diferentes pontos de vista como meio adequado para a apreensão científica da realidade (Vasconcelos, 2023).

1.4.2.3 Marxismo

Para o marxismo, todo conhecimento, tanto nas ciências da natureza quanto nas ciências sociais, é socialmente condicionado pelas condições materiais e culturais de um determinado

período da história. Não haveria, por isso, de se falar em neutralidade ou "verdade absoluta" em nenhum de seus ramos. Isso porque todo o conhecimento produzido estaria em relação aos conflitos na sociedade, que, em última instância, remontam à divisão de classes. Esse condicionamento, todavia, não impede a construção de conhecimentos com validade científica. O ponto de vista de classe não impede conhecimentos científicos, mas condiciona as suas problemáticas. Ou seja, o ponto de vista modula as perguntas e o alcance das respostas. Assim, dentro do horizonte burguês, seus intelectuais poderiam produzir conhecimentos cientificamente válidos, ainda que limitados por uma problemática que impõe, a si mesma, barreiras ao avanço do saber. A maior barreira, inclusive, seria a de desconsiderar a transitoriedade das suas próprias formas de vida, seus valores, suas estruturas de poder, usualmente apreendidas por eles como universais, necessárias, melhores e/ou naturais. Um intelectual que não pressupõe o fim do capitalismo, por exemplo, se coloca dentro do horizonte burguês - mesmo que não seja detentor de fábricas, fazendas ou outros meios de produção. Essa não questão, fetichiza o modo de produção, tomando-o como eterno e natural, impedindo, por isso, de conhecer adequadamente suas contradições, seus conflitos, sua historicidade e contingência. Impede-o de conhecer a amplitude de sua dinâmica de desenvolvimento. Por isso, a revolução (a transformação) seria o ponto de vista científico.

De forma sintética, pode-se perceber que as diferentes perspectivas expostas implicam noções particulares de realidade, logo de ciência e de método. Antes de ser um campo de consensos, a reflexão da sociologia do conhecimento sobre a qualidade de um saber é também um terreno de amplos debates.

Ainda que diferentes, o historicismo e marxismo têm em comum a percepção das determinações sociais do saber (algo negado pela proposta positivista). Por isso, tornam-se campos férteis de estudos que, inclusive, criticam as racionalidades pretensamente universais, desnudando as particularidades históricas e concretas das teorias e abordagens existentes.

1.5 Ciência e Ética

Por ser um trabalho, logo uma prática social determinada por múltiplos fatores, cujos traços gerais expomos nos itens anteriores, a ciência é também uma atividade moldada por dilemas e questões éticas. Como já argumentamos em outra oportunidade (Vasconcelos, 2021), podemos organizar a relação entre ética e ciência em três dimensões:

a) Ética em relação aos *objetivos* da ciência;

b) Ética em relação aos *meios* científicos; e

c) Ética em relação aos *agentes* da ciência.

Em relação aos objetivos, a ciência pode e deve ser questionada em torno de quais seriam as finalidades do conhecimento que produz: se para emancipar, se para dominar, se para destruir, se para criar etc. Como observa Granger (1994, p. 21-22), aquela visão clássica de que a ciência estaria descompromissada de suas aplicações e de que, por isso, a pesquisa deve ser completamente livre de regulações, perdeu progressivamente a legitimidade. Há, na atualidade, maior consenso sobre a importância de se pensar a relação do conhecimento com o seu uso. Nesse plano, as divergências emergem em razão do modo e do grau de controle ético, se externo (pelo Estado, por exemplo) ou se interno (pela própria comunidade científica).

Em relação aos meios, a ciência também pode ser questionada sobre a existência de limites nas técnicas e procedimentos utilizados nas pesquisas, sejam em animais, em seres humanos ou em outros elementos da natureza. Inclusive, o horror mundial em face das macabras experiências nazistas, a expansão regulatória dos direitos humanos e a criação de organismos internacionais dedicados à causa humanitária e ambiental serviram como importantes vetores para a produção de padrões e regras internacionais de conduta na pesquisa científica, buscando proteger a dignidade humana (Bittar, 2015). Desde então, os meios são considerados tão importantes quanto os fins da ciência. Vide, por exemplo, o que dispõe o artigo 1 da Declaração de Nuremberg, de 1947:

> 1. O consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial. Isso significa que as pessoas que serão submetidas ao experimento devem ser legalmente capazes de dar consentimento; essas pessoas devem exercer o livre direito de escolha sem qualquer intervenção de elementos de força, fraude, mentira, coação, astúcia ou outra forma de restrição posterior; devem ter conhecimento suficiente do assunto em estudo para tomarem uma decisão. Esse último aspecto exige que sejam explicados às pessoas a natureza, a duração e o propósito do experimento; os métodos segundo os quais será conduzido; as inconveniências e os riscos esperados; os efeitos sobre a saúde ou sobre a pessoa do participante, que eventualmente possam ocorrer, devido à sua participação no experimento. O dever e a responsabilidade de garantir a qualidade do consentimento repousam sobre o pesquisador que inicia ou dirige um experimento ou se compromete nele. São deveres e responsabilidades pessoais que não podem ser delegados a outrem impunemente[4].

Em relação aos agentes da pesquisa, a reflexão ética se volta para o conjunto de expectativas morais que se espera da conduta desses sujeitos. Conduta que deve ser

4 Disponível em: http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=DiretrizesDeclaracoesIntegra&id=2

baseada, sobretudo, no princípio da *honestidade intelectual*. Uma das formas corriqueiras de violação desse princípio é o plágio.

O plágio pode ser, de forma geral, entendido como apropriação indevida de trabalho (intelectual) alheio. É prática que se manifesta por diferentes técnicas e tecnologias – "plágio integral", "plágio conceitual", "plágio indireto", "plágio por encomenda", entre outras – para induzir a erro os(as) leitores(as) sobre a verdadeira autoria, uma vez que ela permanece deliberadamente e ardilosamente ocultada. Entretanto, como observam Marcos Wachowicz e José Fontoura Costa (2016, p. 43-44), não são apenas os leitores imediatos do trabalho acadêmico que são prejudicados por essas práticas:

> […]. a lesão se estende a toda a estrutura da organização do ensino e pesquisa, sobretudo em face dos reclamos por meios autônomos de organização e controle por pares. Sempre e cada vez que um plágio gera uma boa nota, uma aprovação ou uma publicação é toda a academia que se ressente. Quanto mais comum isso se torna, pior a reputação das universidades, institutos, editores e agências de fomento.

Além das violações éticas, o plágio é igualmente conduta violadora de regras jurídicas, em especial os chamados direitos do autor, que são reguladas pela Lei n. 9.610/98[5] . A violação desses direitos sujeita a pessoa a consequências jurídicas diversas na área cível, administrativa e/ou penal. Dada sua natureza ilícita e antiética, o plágio não é conduta admissível dentro das atividades acadêmicas (em teses, dissertações e/ou trabalhos de componentes curriculares). Cabe, inclusive, ao corpo dirigente das instâncias universitárias apurar as denúncias e coibir tais ações por meio de processos administrativos de natureza disciplinar.

Outro atentado à ética consiste quando o agente não dialoga com o conhecimento acumulado previamente sobre o assunto de interesse. Trata-se de postura não só arrogante, mas que contribui negativamente para a própria capacidade de análise do sujeito. Isso porque o conhecimento é antes de tudo um *re*-conhecimento (BITTAR, 2015). Ou seja, conhecer é um processo que demanda diálogo crítico com os saberes prévios para ajudar a refletir sobre as questões da pesquisa. Sem esse diálogo, há chances de se desenvolver uma pesquisa redundante, irrelevante e/ou sem originalidade. Como bem sintetizou Eduardo Bittar (2015, p. 134): "Valer-se de ideias alheias, sem referi-las, é um atentado à ética da pesquisa. Valer-se de suas próprias ideias desprezando as ideias alheias é igualmente um atentado à ética do pesquisador".

5 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm

1.6 Observações finais

Sem pretensão de esgotar o assunto e nem de querer conferir qualquer tipo de resposta definitiva aos problemas abordados, o presente capítulo se limitou a apresentar contornos gerais, introdutórios e panorâmicos de uma série de reflexões em torno da temática da natureza do saber científico. Ainda assim, reconhecemos que uma miríade de autores, teorias e perspectivas metodológicas não foram abordadas. No entanto, penso que o material exposto terá cumprido sua função se estimular vocês não só a reconhecerem a importância da temática, mas também a aprofundar a leitura e os estudos, suprindo as lacunas desse texto.

Ilustração: Freepik

Unidade Temática 2 - O que são técnicas e ferramentas de pesquisa?

Debruçar-se sobre as técnicas e ferramentas é se colocar diante dos desafios de produção, organização e interpretação de dados (ou informações) de uma determinada pesquisa. Como selecionar as fontes? Quais textos ler? Como ler os textos científicos? Como produzir dados empíricos? Como organizar as informações coletadas? São questões como essas que serão abordadas ao longo deste capítulo.

2.1 Dicas de leitura

No campo das ciências humanas, caso do direito, é usual a produção e a organização de informações por meio de textos. A capacidade de leitura, dessa maneira, é um fator crucial para o bom desenvolvimento de um trabalho científico na área.

Acontece que as dificuldades de leitura no Brasil são muito comuns, como apontam importantes sistemas de avaliação internacionais[6]. Isso se retroalimenta com o alarmante dado da pesquisa "Retratos da Leitura do Brasil"[7] de que quase metade da população brasileira não leu nenhum livro nos últimos 5 anos, sendo que a média anual daqueles que leram foi de apenas 2.5 livros.

6 Nas pesquisas do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado pela OCDE, estudantes brasileiros têm apresentado muitas dificuldades nas habilidades de leitura. Na pesquisa de 2019, por exemplo, o país ficou no segundo pior lugar do ranking sul-americano. https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil#:~:text=Est%C3%A3o%20melhor%20classificados%20Chile%20(444,)%20e%20Peru%20(401).

7 https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos

Esse quadro dramático também afeta o sistema universitário, público e privado. As dificuldades de leitura de textos acadêmicos são uma das maiores barreiras enfrentadas pelos estudantes do ensino superior (Da Silva; Quintino; Reis; Weigel, 2022).

Parte das dificuldades se explica justamente pela ausência de formação em técnicas de leitura. Há uma ilusão de que a leitura é um procedimento igual para qualquer tipo de texto, seja ele científico, literário ou religioso. Não o é! Isso porque cada tipo de texto possui estrutura, natureza e finalidade distintas, que devem ser devidamente consideradas pelo leitor/a. Daí, a importância da "meta-leitura", isto é: ler sobre como ler (melhor).

No nosso caso, vamos apresentar algumas sugestões gerais para a leitura de textos científicos. De início, destaquemos algumas posturas que são necessárias:

a) A leitura exige **humildade**. Ou seja, devemos pressupor que o texto tem alguma contribuição. Antes de julgar, de criticar e/ou de desprezar, procure entender qual o melhor argumento do texto;

b) A leitura exige **paciência**. Textos científicos condensam muitas ideias, algumas explícitas e outras implícitas, que precisam ser refletidas e conhecidas. Uma leitura rápida e apressada muito provavelmente não conseguirá apreender a complexidade inerente desses textos;

c) A leitura exige **concentração**. A quantidade de tarefas simultâneas é inversamente proporcional à capacidade de compreensão textual. Por isso, ao ler, evite espaços, ambientes e instrumentos (como o celular) que retirem o foco;

d) A leitura exige **organização**. Tão importante quanto ler é organizar as informações do que se leu em algum documento. Por isso, técnicas de registro de dados, como a Ficha de Leitura que falaremos mais adiante, são particularmente úteis.

Seguindo as didáticas indicações de José Carlos Bruni (2004), o texto científico comporta dois níveis de leitura: uma "leitura interna" e uma "leitura externa". Em suas palavras: "A leitura interna atém-se ao que o texto diz explicitamente. A análise externa utiliza dados que não aparecem no texto, mas que o explicam." (Bruni, 2004). Vejamos com mais detalhes.

2.1.1 Leitura Interna

A leitura interna é o esforço de compreensão do que o texto diz e de como ele diz, e não do que o leitor avalia sobre o que diz texto tampouco de qual seria a intenção de quem o escreveu. Essas distinções são muito importantes, uma vez que é bastante comum estudantes fazerem críticas apressadas antes de terem sequer entendido os argumentos do próprio texto, bem como confundirem as ideias do texto com as (supostas) intenções de sua autoria.

Destarte, partindo da premissa (ainda que provisória) de que o texto a ser lido possui um certo rigor e uma certa concatenação lógica, a leitura interna busca decodificar a *ideia básica (ou ideia central)*, a *estrutura* e os *conceitos*.

Vejam, todo texto é uma composição de vários argumentos. A ideia básica é o argumento que ordena, articula, todo o seu conteúdo, conferindo-lhe sentido. A dificuldade da leitura reside no fato de que tal ideia não é necessariamente explícita - e, mesmo quando explicitada em alguma parte do texto, é possível que haja uma incoerência entre essa declaração e o próprio sentido lógico do texto.

A ideia central de um texto científico tem por suporte um conjunto de ideias secundárias (que podem ser exemplos, comparações, digressões etc.). Esses argumentos secundários estão organizados e articulados de uma determinada forma, conformando a estrutura do texto. Conhecer a estrutura é identificar não só as divisões do texto, mas também a conexão entre essas partes.

Os conceitos, por seu turno, são as unidades elementares da estrutura do texto. Atenção, conceito pode ser uma palavra ou uma expressão, mas nem toda palavra e nem toda expressão de um texto será um conceito. Conceito é melhor entendido como uma ideia dotada de sentido particular dentro do universo de ideias expostas no texto. Dessa forma, os conceitos expressam as escolhas teóricas que moldam a análise do texto. Por exemplo, um texto que adote o conceito de "classe" inspirado em Max Weber aponta para questões e problemas distintos de uma abordagem que adota o conceito de Karl Marx. Ou seja, a palavra é a mesma ("classe"), mas os conceitos são diferentes, vez que condensam ideias próprias a depender do referencial teórico.

Em suma, fazer a leitura interna é decompor os diferentes níveis que existem em um texto científico: ideia central, estrutura e conceitos. Fazer isso não é automático. Ao contrário, é necessário ativamente buscar decodificar esses níveis na leitura. Algo que é muito diferente do que apenas fixar certas ideias que chamaram à sua atenção em um texto…

Sobre esse esforço de compreender a lógica interna de um texto, vale resgatar a dica de Ronaldo Macedo Júnior:

> Ao final de suas leituras, faça a si mesmo (ou imagine-se sendo perguntado diretamente por seu professor) as seguintes perguntas: Do que fala o texto? Qual é o tema principal do texto e como o autor o desenvolve de maneira ordenada? Como ele está dividido e subdividido? Se não for capaz de respondê-las de maneira direta, retorne ao texto, procurando dar uma resposta objetiva e satisfatória a elas (Macedo Júnior, 2007, p.20).

2.1.2 Leitura Externa

Como explica Bruni (2004), a leitura externa é outra camada de análise do texto. Trata-se da observação do *contexto* do texto, em sua dimensão *lógica* e *histórica*. Esses são elementos que a leitura externa busca identificar.

O contexto lógico expressa um conjunto de *pressupostos* e *implicações* do texto. Os pressupostos se referem ao conjunto de ideias que fundamentam e precedem os argumentos expostos. Nesse plano, a leitura busca identificar, por exemplo, qual o universo cultural do texto, em qual campo de análise o mesmo se insere, quais são as referências teóricas e como elas são abordadas. As implicações, de outra ponta, referem-se às possíveis consequências (teóricas ou empíricas) decorrentes das ideias do texto.

O contexto histórico, por sua vez, é o momento da leitura onde o foco se encontra na análise das determinações fáticas e temporais que influenciam a obra lida. Algo importante, uma vez que todo texto tem a sua historicidade, expressando conflitos, questões, problemas, reflexões dentro de uma determinada temporalidade. Reconhecer a temporalidade não significa dizer que textos antigos não sejam importantes na atualidade. Na verdade, os clássicos se tornam clássicos justamente porque, apesar da temporalidade, nos ajudam a pensar questões atuais. Como sintetiza Calvino (1993, p.15): "*É clássico aquilo que persiste como rumo mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível*".

2.2 Técnicas de Estudo

Como a leitura é um processo que comporta vários níveis de análise, faz-se necessário se apropriar de técnicas para organizar e sistematizar as informações do texto, de modo a articular adequadamente os elementos extraídos da leitura interna e externa. Nesse sentido, a proposta de Ficha de Leitura apresentada por Umberto Eco (2007) nos parece bastante útil.

2.2.1 Ficha de Leitura

Como explica Umberto Eco (2007, p.143):

> Entre todos os tipos de fichas, as mais correntes e, no fim de contas, as *indispensáveis*, são as fichas de leitura: ou seja, aquelas em que se anotam com precisão todas as referências bibliográficas relativas a um livro ou a um artigo, se escreve o seu resumo, se transcrever algumas citações-chave, se elabora uma apreciação e se acrescenta uma série de observações.

Fichas de leitura são ferramentas para organização de dados extraídos da leitura de um determinado material.

Referência da Obra

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do código de Hamurábi! A pesquisa sociojurídica na pós-graduação em Direito. In: OLIVEIRA, Luciano. *Sua Excelência o Comissário e outras ensaios de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal,2004, p. 137-167.

Informações Sobre o Autor

Luciano Oliveira: Doutor em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris) e, professor de sociologia jurídica e examinador de dissertações e teses no Programa de Pós-Graduação em DIreito da Universidade Federal de Pernanbuco.

Estrutura do Texto

Trata-se de artigo de 24 (vinte e quatro) páginas dividido em: "Nota introdutória", na qual o autor introduz o texto; "Colocando alguns problemas", no qual são estabelecidos alguns questionamentos e suas respostas no trabalho, subdividindo-se em "Manualismo e Reverencialismo", "A falta de tempo", "A impureza metodológica"; "A pesquisa sócio-jurídica", em se explica o que seria uma pesquisa jurídica e uma pesquisa sociológica aplicada ao direito"; e a bibliografia.

Referência da Obra

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, volume 31, número, p. 25-49, janeiro/abril, 2016.

Informações do Autor

Ramón Grosfoguel; professor do Departamento de Estudos Étnicos da Universidade de Califórnia - Berkeley.

Resumo da Obra

A obra aborda uma latente crítica a respeito do ensino das universidades ocidentais que tem origem em raízes históricas de genocídio e epistemicídio de povos não europeus. O autor, remete aos contextos: das invasões espanholas do século XVI, como a expulsão e massacre dos mulçumanos e judeus não convertidos, que residiam na região de Al-Andalus, a conversão forçada desses povos ao cristianismo e a dura aplicação da "pureza de sangue"; a conquista das Américas e consequentemente a escravização de povos indígenas e posteriormente de negros advindos de África, com a narrativa de que eram animais ao invés de humanos, por não possuírem religiosidade e, por fim; o massacre de mulheres indo-europeias, denunciadas como bruxas, que propagavam entre suas gerações os conhecimentos xamânicos e a liderança comunal. Ao longo de toda a discussão, o autor frisa como a espiritualidade e os costumes advindos de fora da Europa Ocidental foram violentamente suprimidos, dando lugar a uma universalidade de saberes. Nesse contexto, o cânone do pensamento ensinado nas universidades ocidentais é totalmente ancorado à homens de 5 países dominantes, sendo eles Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos. Respaldado em Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel defende a superação do universo do saber, em que "um decide por todos", para a paulatina adesão ao pluriverso, em que "muitos decidem por muitos". Para tal feito, ambos os autores sustentam o processo de transmodernidade, em que se dá lugar às diferentes tradições epistemológicas e culturais que originarão a produção de conceitos e saberes plurais, não mais alicerçados a uma ideia unitária do conhecimento.

Por mais boa que seja a memória de uma pessoa, sedimentar os elementos importantes do texto em um documento é o mais recomendável, especialmente para quem está realizando uma pesquisa, uma vez que a quantidade de documentos analisados tende a ser grande e a chance de esquecimento, especialmente dos detalhes, são igualmente altas.

A ficha de leitura pode ser feita digitalmente, com uso de programas de computador, como editores de texto, bem como pode ser feita à mão no seu caderno de anotações. Como ferramenta de trabalho, a ficha de leitura é customizável, ou seja, adaptável aos objetivos

de quem pesquisa. Tendo isso em vista, apresentarei alguns elementos que podem compor esse material. Lembre-se, nesse caso, quanto mais completo, melhor!

2.2.1.1 Referenciamento

Ao ler um texto, recomenda-se que comece a sua ficha de leitura fazendo a referência do material conforme algum sistema de normas, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Assim, ao fazer a ficha de leitura do texto de Gilberto Bercovici e José Augusto F. Costa, por exemplo, crie um item destacando essa informação:

> BERCOVICI, Gilberto; COSTA, José Augusto F. **Nacionalização: necessidade e possibilidades**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

Fazendo isso, você ganhará tempo, especialmente quando usar argumentos desse trabalho em sua pesquisa e tiver que fazer as citações de forma adequada!

2.2.1.2 Informações sobre autoria

Saber quem escreveu determinado texto é um dado muito importante. Isso porque a qualidade de uma pesquisa é diretamente proporcional à qualidade das fontes. Nesse sentido, conhecer o histórico de pesquisa e de produções da autoria do material a ser lido são indicadores da confiabilidade, da relevância e do grau de profundidade de um texto científico.

Caso o texto seja de autoria, por exemplo, de Helena Hirata, a ficha de leitura poderia conter informações como:

Filósofa. Doutora em sociologia política pela Université de Paris VIII. Pesquisadora do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*). Linha de pesquisa e de produção acadêmica voltada para estudos de gênero e sociologia do trabalho.

O principal banco de dados que concentra as informações sobre os currículos de quem produz ciência no Brasil é a plataforma Lattes[8]. De forma pública, gratuita e transparente, você poderá encontrar dados relevantes sobre quem escreveu o texto. É especialmente útil para verificar se a pessoa tem experiência no tema da sua pesquisa, conhecendo, ainda, sua trajetória profissional, suas produções e contribuições na área. Não deixe de pesquisar por lá!

2.2.1.3 Resumo

Como o próprio termo indica, o resumo é uma síntese das informações do texto. Escrito com suas próprias palavras, evitando citações diretas, um bom resumo é aquele que consegue identificar as ideias mais importantes – ideia central, principais argumentos e conclusões –, a estrutura do texto e os conceitos nucleares. Como explica Domingos Parra Filho (2000, p. 36): "Resumir significa captar tudo o que há de importante no texto analisado, tomar as ideias de forma concisa e as expor".

Ao ser objetivo e preciso, o resumo contribuirá para fornecer uma visão geral do texto. A qualidade da leitura interna, inclusive, ajudará você a desenvolver uma boa síntese na sua ficha de leitura.

Destaca-se, ainda, que os resumos são usuais em artigos científicos. Trata-se de uma ferramenta muito útil para quem está fazendo levantamento bibliográfico e precisa selecionar textos relevantes para uma pesquisa. Durante esse levantamento, as "palavras-chaves" cumprem também uma importante função, já que servem de descritores dos conteúdos centrais dos artigos. Em certo sentido funcional, as "palavras-chaves" até que se assemelham às famosas *hashtags* em redes sociais…

Ler com atenção os resumos economiza precioso tempo na pesquisa, uma vez que permite conhecer as ideias gerais do texto, além de ser um importante exercício para sedimentar seu aprendizado.

8 Disponível em: https://lattes.cnpq.br/.

2.2.1.4 Resenha

A resenha sobre um texto cumpre uma função diferente do resumo. Enquanto este busca sintetizar o que diz e como diz o texto, a resenha consiste na reflexão crítica a partir do material lido. Ou seja, a resenha consiste em uma avaliação do leitor sobre a ideia central do texto, sobre algum argumento secundário, sobre seus pressupostos etc. Nessa avaliação, inclusive, é comum que questões do texto sejam contrapostas a outros textos e materiais de leitura que são de conhecimento prévio do leitor.

Note que, durante uma pesquisa, quando se depara com diferentes fontes de informação, é natural que, ao se ler um texto, surjam questões, observações e ponderações à luz dos outros materiais lidos. Esse trabalho de reflexão e de intertextualidade é muito relevante e faz parte do processo de investigação. Por isso, a resenha pode ser uma boa ferramenta para sistematizar, a cada leitura, ideias ou questões que sejam relevantes para o seu projeto.

2.2.1.5 Fichamento

Por não ser uma avaliação pessoal como a resenha, o fichamento se aproxima da proposta do resumo, pois foca conteúdos específicos do texto lido. Contudo, diferencia-se deste último à medida que o fichamento busca dispor, de forma mais expandida, os conteúdos e as estruturas dos argumentos do texto. No fichamento, a disposição lógica dos argumentos é inclusive evidenciada, o que usualmente é feita a partir de tópicos que dividem e classificam as ideias principais e as secundárias, as teses das sub-teses, os exemplos, as digressões, as críticas entre outros elementos importantes do texto.

Lembre-se, o foco do fichamento é o texto, e não as impressões ou opiniões do leitor. Fichamento também não é uma colagem de citações. Ainda que citações sejam úteis, o fichamento deve ser capaz de expor a estrutura do texto, evidenciando a natureza e disposição das ideias.

Nunca se esqueça que um bom fichamento muitas vezes retira a necessidade de se consultar novamente o texto original para lembrar das suas ideias. Quando o cronograma é apertado, o uso dessa técnica pode ser um grande diferencial para o seu aproveitamento.

2.2.1.6 Banco de Citações

Banco de Citações

"O conhecimento produzido a partir das experiências sócio-históricas e concepções de mundo do Sul global - também conhecido como mundo "não ocidental" - é considerado inferior e é segregado na forma de "apartheid epistêmico" (Rabaka, 2010) do cânone de pensamento das disciplinas das universidades ocidentalizadas." (Grosfoguel, 2016, p.28)

"[...] as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento. Mesmo os que são críticos da filosofia cartesiana continuam utilizando-o como critério para diferenciar o que é ciência ou não." (Grosfoguel, 2016, p.30)

"Qualquer conhecimento que pretenda partir do corpo político do conhecimento (Anzaldúa, 1987, Fanon, 2010) e chegar a geopolítica do conhecimento (Dussel, 1977), em oposição ao mito do conhecimento da egopolítica cartesiana, é visto como tendencioso, inválido, irrelevante, sem seriedade, parcial, isto é, como conhecimento inferior." (Grosfoguel, 2016, p.30)

"O que conecta o "conquisto, logo existo" (Ego conquiro) com o idolátrico "penso, logo existo" (Ego cogito) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo "extermino, logo existo" (Ego extermino)." (Grosfoguel, 2016, p.31)

É comum que certas passagens do texto chamem à atenção na leitura. Há, inclusive, quem gosta de sublinhá-las com marcadores e/ou canetas. No caso da ficha de leitura, é igualmente útil criar um item nesse documento para congregar os trechos que julgou relevante. Esse é um exemplo de "banco de citações":

Como ilustra a imagem acima, o ideal é que as transcrições já contenham as suas informações básicas, em especial a página em que foi extraída. Afinal, caso você pretenda citar algum desses trechos em seu relatório de pesquisa, em seu artigo ou trabalho acadêmico, por exemplo, não será necessário consultar novamente o texto original.

Tenho certeza que essas técnicas de estudo contribuem sobremaneira para o aumento da capacidade de leitura e de reflexão. A ficha de leitura se apresenta como um instrumento para organizar e sistematizar os dados encontrados durante a pesquisa.

2.3 Tipos de pesquisa

De maneira geral, pesquisar consiste no conjunto de atividades e procedimentos voltados à produção de conhecimento sobre algum tema ou problema. O resultado da pesquisa pode assumir diferentes formas, a depender dos objetivos que a motivaram, tal como um relatório, uma monografia, uma palestra, um artigo, um projeto, um documento normativo, um contrato entre outros.

As maneiras de classificar os tipos de pesquisa variam bastante na literatura especializada. A depender dos referenciais teóricos, dos interesses, do enfoque, dos objetivos etc., é possível encontrar múltiplas propostas de divisão. No nosso caso, apresentaremos alguns tipos de pesquisa conforme as especificidades da formação jurídica.

2.3.1 Pesquisa forense e pesquisa científica

Na área jurídica, prevalece um complexo cenário de confusão entre a lógica da pesquisa forense e a da pesquisa científica (Bittar, 2015; Nobre, 2004; Rodriguez, 2013). No caso, há uma subsunção indevida da pesquisa científica ao tipo praticado no âmbito das tradicionais carreiras jurídicas, tais como na advocacia, na magistratura, nas promotorias, nas defensorias entre outras profissões. E isso é um grande problema, pois esses tipos de pesquisa correspondem a técnicas, objetivos e procedimentos próprios.

A pesquisa forense é usual no cotidiano das carreiras jurídicas. Por exemplo, quando uma advogada precisar prestar uma assistência jurídica, a profissional muito provavelmente realizará uma investigação para melhor atender aos interesses do seu cliente. Quando um juiz precisa julgar, o servidor certamente realizará uma estudo para fundamentar adequadamente a decisão. Ao fazer tais pesquisas, os profissionais do direito usualmente analisam textos teóricos, documentos legais, provas, precedentes de tribunais, entre outras fontes de informação.

Contudo, esse tipo de investigação não se adequa à lógica científica à medida que é moldada pelo dever de apresentar um certo resultado: uma decisão, uma defesa, uma acusação, um contrato, um parecer etc. Isso porque a atividade científica não tem compromisso com a resposta, mas sim com a pergunta-problema que a gerou. Inclusive, é possível que o resultado de uma pesquisa científica seja o de não encontrar uma resposta, bem como o de concluir com a formulação de novas perguntas e problemas, o que, muitas vezes, são grandes achados científicos.

Essa diferença ajuda a entender porque que nas atividades forenses o método de pesquisa usualmente praticado procede da seleção de fontes (doutrinas, artigos de leis, julgados etc.) conforme uma prévia posição jurídica do profissional. Ou seja, nesse modelo, a

resposta (a tese, a opinião, a decisão) já veio de antemão e a pesquisa servirá apenas para fundamentá-la. Dentro desse modelo, a lógica do "argumento de autoridade", inclusive, prevalece e se sobrepõe ao que realmente importa do ponto de vista científico: a autoridade do argumento. Isso porque, no cotidiano forense, a esfera do convencimento tende a ser mais determinante do que o rigor e a aderência do conhecimento que se produz com a realidade.

Ainda que essa práxis tenha sua importância e utilidade social, esse não pode ser confundido com o procedimento científico – ao menos se entendermos a "ciência" como o esforço para se compreender uma realidade tal qual ela é, e não como o esforço para fundamentar um desejo, uma opinião, uma prescrição sobre como ela deveria ser.

Com essa confusão amplamente presente nas faculdades de direito, a produção acadêmica usualmente tem se distanciado da lógica de pesquisa que busca *explicar* ou *descrever* um fenômeno jurídico. Imperaria, ao contrário, as análises restritas ao plano das prescrições, reduzindo-se, dessa forma, a literatura jurídica a um tipo próprio de produção marcadamente opinativa, sob a aparência de um saber "científico". O resultado dessa situação é que provavelmente você encontrará nos bancos de teses e dissertações das faculdades de direito muitas pesquisas, por exemplo, sobre como devem funcionar as instituições à luz de uma dada legislação, dada doutrina ou dado posicionamento jurisprudencial, mas dificilmente encontrará investigações sobre como elas realmente funcionam…

2.3.2 Pesquisa científica: teórica e empírica

Traçadas as linhas gerais da confusão entre pesquisa forense e pesquisa científica, podemos passar à análise das abordagens teóricas e empíricas no campo da ciência e os seus respectivos ângulos de análise. Desde já, importante destacar que não são excludentes, ainda que dotadas de particularidades e procedimentos próprios. São abordagens que usualmente convivem e se articulam dentro das mais diversas investigações científicas.

A abordagem teórica, também chamada de "pesquisa básica pura ou fundamental", é aquela que está fundamentalmente preocupada com um problema de ordem formal, lógica ou conceitual, sem a preocupação com a sua expressão empírica. Não é que a questão não possa ter aplicações práticas ou dimensão fenomênica, mas é que elas não são os objetos da investigação. Nesse tipo de pesquisa, a meta é o conhecimento pelo conhecimento (Markoni; Lakatos, 2011, p. 6). Um exemplo de pesquisa teórica é aquela que se propõe a investigar o conceito de justiça em Aristóteles, explorando seus pressupostos, sua lógica, suas interpretações etc. Via de regra, a fonte de dados das pesquisas teóricas são extraídas de materiais bibliográficos, como artigos, livros, teses, dissertações, entre outros.

As pesquisas empíricas, de outro lado, são aquelas que, em algum grau, organizam e sistematizam dados de certos fenômenos captados na realidade. As fontes podem ser

primárias (quando o próprio pesquisador produz diretamente os dados) ou *secundárias* (quando os dados são produzidos por terceiros e depois utilizados pelo pesquisador). É importante destacar que essa distinção primário-secundária, que é fundamental para qualificar e analisar os diferentes dados, também se aplica às fontes bibliográficas. Por exemplo, se a pesquisa for sobre sobre o conceito de trabalho em Karl Marx, as obras escritas por ele podem ser consideradas fontes primárias, ao passo que textos de seus comentadores e críticos seriam fontes secundárias.

Uma vez que o modelo tradicional de formação jurídica ainda é permeado por traços formalistas e bacharelescos, não é de se espantar que há ainda pouca reflexão jurídica produzida a partir dos recursos de técnicas empíricas. O modelo de produção de conhecimento dominante historicamente tem conferido pouco espaço a investigações desse gênero, resultando em elevado grau de desconhecimento sobre o rigor metodológico para realizar pesquisa empírica, apesar das suas potencialidades para a área.

Como explicam Gregory Shaffer e Tom Ginsburg (2015), por conseguinte, a diversidade de técnicas empíricas têm sido usualmente dividida entre dois tipos de metodologias: as *quantitativas* e as *qualitativas*.

2.3.2.1 Abordagens quantitativas e qualitativas

As abordagens quantitativas são aquelas que objetivam produzir e formular dados pela ótica da mensuração (numérica, por exemplo), agrupando informações sobre relações sociais dentro de variáveis pré-definidas. Essa forma de tratamento pode resultar da coleta de dados oriundos de questionários, de análise documental, de experimentos, dentre outras técnicas. Inclusive, conhecimentos estatísticos são frequentemente mobilizados para testar hipóteses a partir dos dados quantificados, isto é, das categorias mensuradas. As pesquisas de intenção de voto são exemplos de abordagens quantitativas.

As metodologias qualitativas são aquelas que objetivam abordar os dados da realidade a partir de uma perspectiva de complexidade relacional e dinâmica em um certo contexto. Ou seja, busca-se interpretar a correlação entre dados coletados a partir de suas múltiplas características, não sendo reduzida aos seus aspectos numéricos. A análise dessas interações está usualmente presente nas preocupações de técnicas de investigação etnográficas, de entrevistas, de pesquisa-ação dentre outras.

Como observa Rebecca Igreja (2017), costuma-se afirmar que os métodos qualitativos trariam como desvantagens sua flexibilidade e subjetividade na pesquisa, sobretudo as oriundas do próprio pesquisador. Seriam vistos como métodos que inviabilizam generalizações, já que a análise estaria atrelada a um contexto específico. Os métodos quantitativos, por outro lado, representariam a objetividade e a universalidade. Isso porque a mensuração das variáveis abordadas permitiria a construção de generalizações amplas.

Seguindo a crítica de Kathryn Pole (2009), trata-se de uma visão simplista e equivocada. Por um lado, esse tipo de diferenciação desconsidera os componentes subjetivos na coleta e na interpretação dos dados, bem como na seleção das variáveis dos experimentos quantitativos. Por outro lado, desconsidera que as estatísticas são também relevantes para a construção das análises qualitativas. Ou seja, antes de serem opostas, seriam métodos que respondem a questões diferentes sobre o fenômeno analisado.

Para Howard Becker (2014), os métodos quantitativos e qualitativos possuem uma mesma base epistemológica. As pesquisas quantitativas buscam responder a diferentes perguntas (por exemplo: qual a probabilidade de x?) das qualitativas (por exemplo, quais os motivos de x?). Portanto, não se trata de um antagonismo entre métodos, mas de caminhos para responder perguntas distintas. Metodologias que, por isso, podem ser conjugadas em uma mesma pesquisa.

A perspectiva de complementaridade entre as metodologias, segundo Ângela Alonso (2016), seria a predominante no campo das ciências sociais em geral. Ronaldo de Almeida (2016), por exemplo, entende os estudos de casos como uma estratégia de pesquisa que demanda a articulação de metodologias qualitativas (observação participante, história oral, entre outras) e quantitativas (*surveys*, mapeamentos etc.).

Da mesma forma que as metodologias quantitativas e qualitativas não poderiam ser tomadas como antagônicas, o mesmo poderia ser dito em relação às pesquisas empíricas e teóricas. Como argumentam tanto Diogo Coutinho (2013) quanto Maria Tereza Sadek (2013), as investigações empíricas não seriam opostas aos esforços de aprimorar os conceitos teóricos, e vice-versa. Há, destarte, um rico potencial de complementaridade entre esses diferentes esforços de compreensão da realidade.

Felizmente, é possível falar de um cenário de mudanças nas pesquisas acadêmicas na área jurídica. Ao mesmo tempo que se aumenta a consciência sobre os problemas gerados pela confusão entre pesquisa forense e pesquisa científica, pode-se observar que várias técnicas de análise empírica estão sendo cada vez mais incentivadas e desenvolvidas nas Faculdades de Direito, aumentando o conhecimento e o uso de metodologias quantitativas e qualitativas na abordagem do fenômeno jurídico. A formação de centros e redes de pesquisadores tem contribuído para esse movimento, a exemplo do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ), que é uma organização focada nos estudos empíricos sobre o funcionamento do Poder Judiciário, atuante desde 1999. Outro exemplo é a Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED), a qual promove encontros anuais, cursos de formação e coordena revista de artigos científicos sobre esse tipo de pesquisa. Na Faculdade de Direito da UFBA, além do histórico papel desempenhado pela organização estudantil Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas (CEPEJ) no fomento à qualificação da pesquisa na instituição, destaca-se a recente criação do Núcleo de Pesquisa Empírica do

Direito (NUPEMD), sob a liderança da Profa. Cláudia Albagli e deste autor, que também tem contribuído para o avanço da temática dentro da instituição. Paulatinamente, o "saber-fazer" da pesquisa científica no direito ganha novas características e possibilidades de atuação.

2.4 Técnicas de investigação

A depender da natureza do problema que motiva a investigação, diferentes técnicas podem ser mobilizadas para produzir e coletar dados (teóricos ou empíricos). De início, importa destacar que não existe uma técnica que seja, em si, melhor que a outra. Na verdade, as técnicas podem ser úteis ou não a depender dos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, passamos à análise de algumas das mais conhecidas técnicas.

2.4.1 Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica consiste no esforço de tentar encontrar fontes de dados para o seu campo de sua pesquisa. Como apontam Markoni e Lakatos (2011, p.57):

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Contudo, considerando a imensidão de materiais que podem ser encontrados nas bibliotecas ou até na internet, como delimitar o que seria relevante para a investigação, uma vez que o tempo tende a ser escasso? Tal delimitação é realmente uma das etapas mais cruciais da pesquisa. Acontece que não existe um receituário padrão.

Feito esse alerta, podemos pensar em alguns procedimentos e princípios para ajudar a tarefa. A orientação é um deles. Ter a possibilidade de realizar a investigação em diálogo constante com alguém com mais experiência na pesquisa e, se possível, com maior familiaridade no assunto, certamente ajuda na seleção das fontes bibliográficas. Além disso, é sempre útil tentar obter sugestões de especialistas na temática, que podem ser acadêmicos, líderes de movimentos sociais, jornalistas, entre outros.

Como toda sugestão é enviesada pelas afinidades de quem sugere, o ideal é que o pesquisador amplie os mecanismos de busca e os critérios de seleção bibliográfica. Um deles é a construção de um mapa teórico. A função do mapa teórico é fornecer uma imagem mais crível possível das principais abordagens existentes dentro daquele campo temático a

qual se insere a pesquisa. Dito de forma mais simples, busca informar quem são as obras e autores/as que mais influenciam os debates naquela área de conhecimento. Como fazê-lo? Algumas sugestões:

a) **Conheça os mais bem avaliados veículos de produção científica na sua área de interesse**. No Brasil, a agência governamental Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) realiza periódicas avaliações dos sistemas de produção científica, como as análises sobre os desempenho dos programas de pós-graduação e das revistas científicas, atribuindo notas. Essas avaliações podem ser encontradas, de forma gratuita, na Plataforma Sucupira[9]

b) **Selecione pesquisas dessas revistas ou vinculadas aos programas de pós-graduação**. Em uma etapa inicial, sugere-se coletar pesquisas mais recentes e oriundas de diferentes fontes de publicação. Mais recentes porque elas tendem a fornecer pistas sobre quais as questões que *experts* no assunto estão debatendo. Oriundas de diferentes fontes, por sua vez, para reduzir o viés na construção do seu mapa teórico, uma vez que é natural que dentro de certos programas ou revistas prevaleçam algumas abordagens e temáticas em detrimento de outras;

c) **Use palavras-chaves adequadas e leia os resumos das pesquisas selecionadas com atenção**. No processo de seleção de bibliografia, as palavras-chaves servem para filtrar a pesquisa dentro do campo de interesses. Ainda, uma leitura atenta dos resumos servirá para economizar tempo, ao permitir verificar em que medida o texto guarda pertinência com a temática a ser investigada;

d) **Nos textos selecionados, verifique redundâncias nas referências bibliográficas**. Por exemplo, se dos 20 artigos selecionados, você encontrar autores e/ou obras recorrentemente citadas, isso é um importante indicador de que provavelmente esse material é uma referência dentro do campo que vale a pena buscar e conhecer;

e) **Investigue o currículo**. Saber o histórico de produção, o tempo de pesquisa, o tipo de formação e as contribuições de quem escreveu o material bibliográfico é igualmente importante para conferir maior segurança sobre a relevância do material encontrado.

Cumprida essas etapas, muito provavelmente você conseguirá formar um significativo mapa teórico, ajudando na escolha bibliográfica para a sua pesquisa. Contudo, é importante não tomar esse procedimento de forma absoluta. Afinal, não necessariamente aquele autor ou aquele livro que circula muito é sinônimo de qualidade. Isso porque a questão da qualidade é uma avaliação mais complexa, que não pode levar apenas em consideração os aspectos

9 Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/.

quantitativos – quantas vezes foi citado, quantas visualizações etc.. Muitas vezes, certos conteúdos, obras e autores são mais influentes e presentes por fatores de ordem econômica ou ideológica do que por razões de ordem científica. Uma abordagem crítica, portanto, não pode deixar de considerar as dimensões da hegemonia e do poder que orbitam os espaços de produção do conhecimento, algo que já abordamos no capítulo anterior.

2.4.2 Técnicas empíricas

Como já exposto, as pesquisas empíricas são aquelas que buscam sistematizar e organizar dados decorrentes de um fenômeno e, nesse sentido, localizado no tempo e no espaço. Para tanto, tem-se o desafio de interagir com o ambiente para coletar os dados que sejam relevantes ao problema de investigação. A depender do tipo de dado que se busque produzir, diferentes técnicas podem ser utilizadas. Vejamos algumas das mais comuns no campo do direito.

2.4.2.1 Estudos de interações cotidianas: observação participante e pesquisa-ação

A observação participante e a pesquisa-ação são técnicas de pesquisas empíricas úteis para produção de dados sobre a dinâmica de uma certa relação social. A observação participante se caracteriza pela presença do pesquisador durante o fenômeno que é protagonizado por terceiros. Via de regra, existem duas modalidades de observação: a *outsider* (“externo") e a *insider* (“interno”).

Na primeira, o observador é reconhecido pelos demais como um agente , que está ali para analisar a situação, e não como parte dele. É o caso, por exemplo, quando um pesquisador avisa ao magistrado que vai fazer análise do funcionamento de audiências de custódia na Vara, buscando compreender as posturas, as interações e relações que ocorrem naquele ambiente. Nesse caso, o pesquisador não é tomado como parte da relação, mas um agente externo. Contudo, mesmo não sendo parte (advogado, réu, promotor, juiz, escrivão etc.), o pesquisador precisa ter ciência que ele interfere no ato. Afinal, é natural que as pessoas modifiquem o comportamento quando sabem que estão sendo observadas. Essa é uma variável que deve ser levada em consideração na análise dos achados da observação.

A forma *insider* ocorre quando o pesquisador não é percebido como tal, mas como um membro da própria relação analisada. Isso ocorre quando, por exemplo, o pesquisador atua gari para justamente poder compreender internamente a dinâmica e as interações entre esses trabalhadores da limpeza. Essa técnica acaba por atenuar os efeitos da modificação

comportamental, uma vez que não há necessariamente a exposição da condição de pesquisador, o que pode permitir conhecer relações que não apareceriam caso soubessem da observação. Contudo, esse tipo de técnica enfrenta dilemas éticos importantes, uma vez que as pessoas não podem ser tratadas como objetos de investigação contra a sua vontade. A preservação do sigilo de fonte e a aprovação de planos de investigação em comitês de ética são normalmente pré-requisitos para esse tipo de técnica.

A pesquisa-ação, por sua vez, se diferencia da observação participante à medida que o sujeito pesquisador se propõe mais do que observar um conjunto de interações, pois ele é também um dos protagonistas do próprio fenômeno a ser analisado. Há, com isso, um engajamento inerente entre o sujeito que pesquisa e a realidade pesquisada.

É preciso perceber que ambas técnicas, observação participante e pesquisa-ação, interferem no fenômeno, ainda que em graus distintos. Não há, por isso, uma apreciação pura e/ou neutra. Não é essa a proposta. Ao contrário, o pesquisador deve ter consciência dessas interações e à medida do possível buscar equacioná-las na análise. Evitar, por exemplo, que a empatia vire simpatia, afetando a objetividade da crítica. Evitar confundir desejos com realidade. Evitar conclusões apressadas e generalizações indevidas à luz dos dados coletados etc.

2.4.2.2 Estudos de experiências, valores e atitudes: entrevistas e questionários

As entrevistas e questionários são ferramentas úteis para produção de informações sobre experiências, valores e atitudes de certos indivíduos ou de grupos sociais. As entrevistas, em particular, contribuem para coletar narrativas dos entrevistados, isto é, as suas percepções sobre o que foi perguntado. Note, a percepção sobre algo não pode ser tomada como sinônimo da realidade de algo. É importante ter clareza sobre o limite do dado extraído em entrevistas.

Assim sendo, as entrevistas podem ser de diferentes tipos: (i) estruturadas, (ii) semiestruturadas ou (iii) abertas.

As entrevistas estruturadas são aquelas que acontecem quando as perguntas já são pré-definidas e fixas, seguindo um roteiro. Esse tipo de entrevista é útil para comparar percepções de pessoas submetidas às mesmas questões. A semiestruturada, por outro lado, é quando o roteiro de perguntas é maleável. Ou seja, a ordem e a quantidade das questões pré-definidas podem ser alteradas ou até suprimidas, a depender das respostas do entrevistado. Já as entrevistas abertas se caracterizam por não ter um roteiro pré-determinado de perguntas, seguindo o fluxo de questões a depender dos conteúdos expostos durante a própria

entrevista. Via de regra, esse tipo de estratégia é útil quando se quer conhecer o modo de construção do pensamento do entrevistado, mais do que o conteúdo das suas percepções.

Os questionários possuem características mais estruturadas e fixas, não só no plano das perguntas mas também nas respostas. É comum que os questionários já apresentem as possibilidades de respostas justamente para permitir maior comparação entre os dados coletados. Atualmente, ferramentas digitais têm sido amplamente utilizadas para formular e aplicar questionários.

Alguns princípios são comuns às entrevistas e aos questionários. Primeiro, importante frisar, elas devem ser consensuais. Ou seja, para ser consensual, não pode o sujeito ser coagido (como em um interrogatório), bem como deve haver a expressa concordância e consciência do ato. Por isso, a entrevista não pode ser confundida com uma conversa qualquer. Nesse tipo de conversa, a pessoa não está formalmente ciente de que está sendo entrevistada, tampouco ela usualmente segue um roteiro/plano de investigação.

Ainda, tanto a entrevista quanto o questionário, demandam reflexões sobre a pertinência das perguntas. É necessário formular adequadamente as questões, para evitar confusões e/ou induções às respostas coletadas.

Por último, um dos maiores desafios consiste em determinar o espaço amostral. Ou seja, como identificar *quem e quantos* devem ser entrevistados ou devem responder o questionário? Essa não é uma pergunta trivial, mas que deve ser enfrentada. Não há, entretanto, um receituário fixo. Marcia Lima (2016, p.38) aponta algumas diretrizes: a) o da heterogeneidade e b) o da efeito redundância:

> Dois elementos norteadores importantes: (i) estabelecer alguns critérios de heterogeneidade dos perfis, que, em geral, são dados pela literatura sobre o tema; e (ii) identificar momento a partir do qual informação obtida por meio de uma nova entrevista começa a repetir informação já obtida ("efeito redundância"). Em síntese, o número de casos deve cobrir a heterogeneidade de experiências que são pertinentes à pesquisa e o número máximo de entrevistas é dado quando as evidências obtidas por meio das entrevistas começam a se repetir

A heterogeneidade é o vetor que aponta para a necessidade de se ampliar as diferenças dentro do campo amostral. Por exemplo, ao se fazer uma pesquisa de intenção de voto, é necessário coletar dados conforme a proporção dos eleitores de uma região, considerando múltiplos fatores daquela realidade, como renda, escolaridade, gênero, idade, profissão etc. Isso aumenta a margem de confiabilidade dos resultados. O efeito redundância, de outro lado, é o vetor que aponta para a existência de repetições nas respostas dentro daquela faixa amostral, servindo como um indicador de que há uma probabilidade grande de representatividade dos achados.

2.4.3 Análise de Discurso e Análise de Conteúdo

Frente aos diferentes materiais que são produzidos no mundo empírico (atas de reuniões, debates, vídeos, palestras, projetos de lei, artigos etc.) é possível abordá-los a partir dos ângulos da Análise do Discurso (AD) ou da Análise de Conteúdo (AC). Enquanto o primeiro se ocupa prioritariamente das formas de expressão, na busca dos sentidos nos usos da linguagem (pausas, hesitações, sintaxe, gramática etc.), o segundo foca na categorização dos argumentos presentes nos materiais coletados.

Ainda nessa primeira aproximação, pode-se afirmar que a diferença entre a AD e a AC residiria fundamentalmente no tipo de pergunta que orienta a investigação sobre os dados coletados. Ao passo que a última versaria sobre os assuntos contidos no material, a primeira foca na linguagem adotada na sua transmissão, destacando não só o que está presente, mas também o que está ausente e/ou subliminar. Os contornos desses instrumentos de análise no direito serão abordados a seguir.

2.4.3.1 Análise de Conteúdo e direito

Como explica Lisa Webley (2010), a Análise de Conteúdo (AC) pode ser usada tanto para fins descritivos quanto para a construção de teorias explicativas. Para isso, opera-se um minucioso "processo de codificação" dos temas contidos no material coletado, que consiste na aglomeração do conteúdo em categorias pré-selecionadas. Apesar de a codificação poder contar com o auxílio de *softwares* (como *N-Vivo* e *Atlas*), trata-se de um processo eminentemente de interpretação e de organização dos dados pelo pesquisador, podendo servir a fins diversos.

Em uma pesquisa jurídica, por exemplo, a codificação poderia ser utilizada para mensurar a quantidade de vezes que um certo instituto do direito emerge em uma série de entrevistas, bem como para verificar as perspectivas adotadas sobre certo conceito jurídico. As técnicas da AC poderiam, ainda, ser utilizadas na análise do repertório jurisprudencial, como ferramenta para compreender a racionalidade jurídica de tribunais.

2.4.3.2 Análise de Discurso e direito

A Análise de Discurso (AD) consiste em um gênero de técnicas de pesquisa que abarca variadas modalidades de interpretação qualitativa de dados. O que haveria de comum entre elas, segundo Rosalind Gill (2000), seria a percepção de que a linguagem não é um veículo neutro transmissor de conteúdo, tendo uma importância central na construção da vida social.

Em termos gerais, a Análise do Discurso não foca nos conteúdos em si, mas nas formas de expressão que as modelam. O discurso pressupõe uma certa maneira de seleção, de

organização e de edição das informações, sendo uma prática social. Como nenhum discurso opera no vácuo social, mas dentro de um "contexto interpretativo" – a resposta à pergunta varia se o interlocutor for a mãe, o chefe ou o melhor amigo, por exemplo –, uma das funções da AD consiste em justamente apreender a interação entre texto e contexto.

Dessa maneira, opera-se, de modo análogo à Análise de Conteúdo, uma codificação do material coletado em categorias de interesse, em um processo crescente de abstração. O que se busca na codificação, no entanto, não é o conteúdo em si, mas os elementos do seu discurso: as formas de persuasão, a organização da retórica, a construção dos sentidos pressupostos, entre outros. Com esse tipo de codificação, passa-se, então, para a formulação de hipóteses sobre o discurso, aventando os padrões e as funções no material estudado.

Em uma AD feita sobre debates legislativos, por exemplo, pode-se iluminar os seus componentes persuasivos, as técnicas de convencimento, as formas de delimitação do campo de discussões – o que os parlamentares incluem e excluem do debate político – entre outros tópicos. Por isso, quanto mais fidedigna a transcrição de um evento discursivo, com as informações sobre as pausas, as hesitações, as ênfases etc., mais elementos podem ser avaliados e interpretados por esse tipo de interpretação qualitativa de dados.

Como sintetiza Michel Pêcheux (1997), Análise de Conteúdo e Análise do Discurso são meios distintos de acesso ao objeto investigado. Em se tratando de objeto jurídico, tais vias podem ser mobilizadas para compreensão das várias facetas do direito enquanto um fenômeno social, revelados por pesquisas empíricas e interdisciplinares. Podem ser úteis em análises sobre as práticas discursivas de juízes, sobre as ideologias no Judiciário, sobre os efeitos de uma lei, sobre a construção da jurisprudência etc. Reflexões como essas têm o potencial de enriquecer a pesquisa no direito.

2.5 Observações finais

Conforme destacado ao término do primeiro capítulo, o conteúdo apresentado aqui representa tão somente uma visão panorâmica e abrangente de algumas questões relacionadas às técnicas e ferramentas de pesquisa. É importante reconhecer que muitos aspectos relevantes foram excluídos desta análise devido aos propósitos e limitações deste material, como as técnicas de *jurimetria*, grupos focais, *prosopografias*, entre outras.

Portanto, instigo a continuidade da exploração nesta temática. Ao aprofundar o conhecimento dessas e de outras técnicas e ferramentas, será possível ampliar as oportunidades e a qualidade das pesquisas. As referências e sugestões bibliográficas fornecidas na seção seguinte certamente fornecerão um ponto de partida valioso para essa empreitada necessária.

Ilustração: Freepik

Unidade Temática 3 - Como se estrutura um projeto de pesquisa?

De maneira mais didática possível, o presente capítulo aborda os elementos gerais de um projeto de pesquisa, destacando as suas características, sua funcionalidade, os seus princípios norteadores e os componentes fundamentais. Ao fim, apresentaremos, também, algumas notas sobre redação acadêmica.

3.1 Função do projeto

Um projeto de pesquisa representa um plano de trabalho para uma investigação que se pretende conduzir. No entanto, ele transcende meras intenções ou desejos superficiais. O projeto vai além disso, surgindo de um processo consciente de amadurecimento, a fim de se estabelecer como uma espécie de bússola que direciona o curso da pesquisa. Nesse sentido, o projeto "responde ao planejamento concreto da execução de uma pesquisa" (Ventura, 2000, p. 70). Sobre a importância do planejamento, argumenta Eduardo Bittar (2015, p. 280):

> Essa planificação é importante para que a pesquisa não sofra fraturas e não se desenvolva de modo assistemático, com desperdício de tempo, de informações e de esforços. Mais consciente da dimensão da pesquisa, do volume de leituras e dados a serem tratados, o pesquisador poderá melhor se organizar para enfrentar seus desafios. Trata-se de um instrumento para o rigoroso alcance objetivo de pesquisa, que acaba por plasmar no projeto de pesquisa.

Um bom projeto, em suma, deve ser funcional para delimitar quais os problemas que serão investigados, com quais técnicas de pesquisa, dentro de um certo cronograma, mobilizando determinadas fontes de dados. Construir um projeto, por isso, demanda esforço, dedicação e compromisso.

De maneira análoga, um projeto de pesquisa desempenha funções semelhantes às de uma "planta de arquiteto" ao construir um edifício residencial. Essa planta auxilia os trabalhadores a compreender quais materiais serão utilizados e onde serão aplicados; indica onde pilares e vigas devem ser posicionados, assim como a passagem de tubulações, entre outros detalhes cruciais. Sem a planta, existe o risco iminente de que o prédio seja construído de maneira precária, sem a infraestrutura necessária, e até mesmo sujeito a desmoronamentos, não acha?

A analogia pode ser aplicada de maneira funcional a uma pesquisa científica. Sem um projeto que estruture as etapas essenciais do trabalho, a investigação resultante pode apresentar diversas fragilidades. Portanto, é de extrema importância empenhar-se na elaboração de um sólido projeto de pesquisa, que desempenhe um papel valioso na condução do trabalho investigativo. Como bem sintetizou Domingos Parra Filho (2000, p. 57-58):

> Antes da redação de um projeto de pesquisa, é importante que se faça uma *pesquisa inicial* para colher informações sobre o assunto a ser pesquisado. Isso beneficia o pesquisador, uma vez que aprimora seu conhecimento acerca do assunto e apresenta qual estágio de desenvolvimento em que se encontra, bem como uma melhora no ordenamento da proposta.

3.2 Princípios da pesquisa

Os princípios são como guias que servem para orientar o trabalho de investigação, mantendo a direção em prol de um padrão de qualidade condizente com os desafios da atividade científica. De maneira didática, Deisy Ventura (2000) apresenta cinco princípios: *precisão*, *exaustão*, *clareza*, *exterioridade* e *uniformidade*.

3.2.1 Precisão

A busca pela precisão é um valor que o pesquisador deve perseguir tanto na dimensão do conteúdo quanto na da forma da investigação. Quanto ao conteúdo, a precisão se manifesta, por exemplo, no rigor conceitual adequado, evitando distorcer argumentos, termos e/ou dados provenientes das fontes consultadas. A atenção meticulosa na manipulação das ideias de outros é, portanto, uma virtude fundamental da pesquisa.

No aspecto formal, a precisão também se manifesta através do uso adequado do sistema de referências. Isso se evidencia, por exemplo, na correta identificação da obra e página ao citar um trecho específico. É essencial fornecer as fontes que embasam determinado argumento, tanto teórico quanto empírico. Essa forma de precisão desempenha um papel crucial ao fomentar o diálogo científico, já que especialistas na área podem consultar as referências para avaliar a coerência das ideias e dados apresentados por outros pesquisadores. Portanto, essa não é uma mera formalidade, mas sim um mecanismo central para o avanço da própria ciência.

3.2.2 Exaustão

A exaustão é o princípio que aponta para "o esgotamento não do autor, mas da pesquisa" (Ventura, 2000, p. 45). Ou seja, uma boa pesquisa é aquela que aprofunda os conhecimentos em uma determinada questão, não se contentando com as generalidades e banalidades típicas do senso comum sobre o assunto.

Dessa maneira, o desafio da investigação científica é justamente o de transcender o terreno dos conhecimentos aparentes, tão intuitivos quanto perigosamente imprecisos. Como certa feita destacou um importante pensador já no século XIX: "toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas" (Marx, 2008, p. 1080).

3.2.3 Clareza

A clareza é um princípio que orienta nossa responsabilidade de comunicar de maneira adequada tanto o progresso quanto os resultados da pesquisa. Afinal, a ciência é um processo que se apoia na habilidade de dialogar com as ideias geradas ao longo do tempo. Por exemplo, não pode haver um verdadeiro diálogo se a linguagem utilizada no trabalho não for acessível aos colegas da própria comunidade científica.

No caso dos trabalhos escritos, observa Ventura (2000, p. 47):

> É provável que uma grande dificuldade de escrever com clareza esteja ligada a três fatores: má organização dos dados, redação prematura do texto (a necessidade de explicar exige que o pesquisador domine ele mesmo cada questão, pois não se pode transmitir aquilo que não foi assimilado) ou falta de domínio da língua portuguesa.

Disso, é crucial enfatizar a importância do uso de uma linguagem apropriada, tecnicamente precisa e profissional. Isso possibilita que leitores interessados sejam capazes de compreender o conteúdo da pesquisa. Nunca subestime a necessidade de revisar seus textos e outras formas de comunicação. Sempre se coloque no lugar do seu público-alvo, questionando a clareza do que está sendo expresso por escrito ou oralmente.

3.2.4 Exterioridade

A exterioridade é o princípio que aponta para a necessidade de se "guardar certa distância em relação ao objeto escolhido como tema de pesquisa" (Ventura, 2000, p. 47). Esse distanciamento, contudo, não pode ser confundido com o já outrora mencionado mito positivista da neutralidade científica. Aproxima-se, ao contrário, do esforço de *objetividade* que deve nortear a investigação na ciência (Demo, 1985).

Trata-se do esforço sincero e metodologicamente consciente voltado a tentar se aproximar do objeto investigado, reconhecendo e lidando criticamente com os desejos e as ideologias que necessariamente estão presentes em qualquer ser humano. Nesse sentido, a prudência para evitar conclusões apressadas e o espírito de crítica e autocrítica são fundamentais para o sucesso dessa empreitada.

3.2.5 Uniformidade

O princípio da uniformidade direciona tanto para o equilíbrio quanto para a unidade do trabalho de investigação.

No que diz respeito ao equilíbrio, busca-se tratar de maneira equivalente as várias dimensões e temas da pesquisa. Essa equivalência se reflete na quantidade de fontes investigadas, no número de páginas por capítulo, no tempo dedicado, nos critérios de seleção das fontes, entre outros aspectos. Contrapõe-se ao princípio de uniformidade, por exemplo, o trabalho que apresenta 15 páginas no segundo capítulo e 120 no terceiro, revelando um desequilíbrio na distribuição dos tópicos. Do mesmo modo, não segue o princípio de uniformidade uma pesquisa que, ao selecionar algumas de suas fontes para abordar um tema específico, conduz uma pesquisa bibliográfica rigorosa, consultando diversas publicações acadêmicas, enquanto utiliza outras fontes de qualidade questionável, como aquelas provenientes de *blogs* e redes sociais.

Em relação à unidade, é importante estabelecer um padrão consistente, evitando misturar diversos sistemas de referência, formatação ou linguagem. Esse esforço visa

conferir coerência lógica e organização às ideias investigadas e compartilhadas com a comunidade. Por exemplo, não é coerente com o princípio da uniformidade um texto de pesquisa que não adote um padrão nas nomenclaturas e termos utilizados (como "Direito" ou "direito"), ou que varie o estilo de escrita (como combinar, na redação, a primeira pessoa do plural com a terceira pessoa do singular), entre outros exemplos.

3.3 Elementos de um projeto de pesquisa

Agora que você possui uma compreensão da importância do projeto e dos princípios

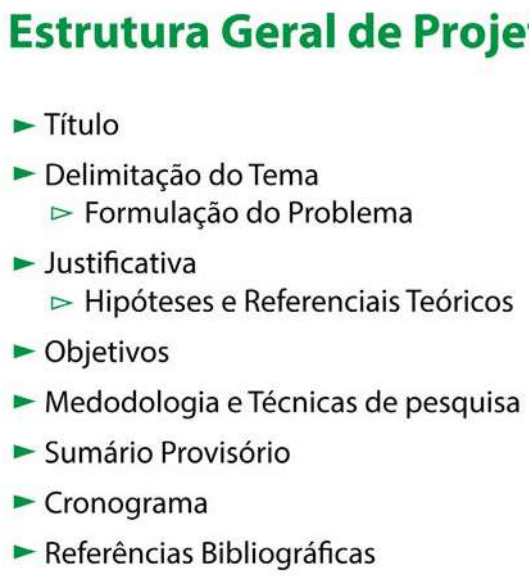

Figura 01: Estrutura básica
Fonte: Autor

gerais da pesquisa, vamos adentrar em uma análise mais detalhada dos componentes que compõem um projeto de pesquisa. Embora a estrutura de um projeto possa variar de acordo com a instituição e o escopo – como para graduação, mestrado ou doutorado –, alguns elementos básicos são comuns a todos.

3.3.1 Título

O título desempenha o papel de resumir de maneira concisa e, por vezes, até criativa, a temática da pesquisa. No entanto, é essencial que o título mantenha fidelidade com a investigação, evitando transmitir conceitos que não sejam alinhados aos objetivos do trabalho, o que poderia gerar expectativas falsas no leitor.

É recomendável, inclusive, aprimorar o título ao longo da própria pesquisa, garantindo a coerência entre a investigação e sua apresentação. Não se deve subestimar os mandamentos da precisão e da clareza, que foram mencionados anteriormente e que são igualmente relevantes na criação do título do seu trabalho.

3.3.2 Delimitação do tema

Delimitar o tema significa escolher o campo temático específico para a pesquisa. Raramente uma pesquisa consegue explorar com profundidade todos os assuntos abrangentes, que vão desde a astrofísica até a nanotecnologia, direitos, economia, psicologia, entre outros. É crucial estabelecer de maneira precisa o campo temático principal da pesquisa que se deseja realizar.

Selecionar o tema não é, por sua vez, antagônico ao necessário esforço da interdisciplinaridade [10]. Isso porque, ao mesmo tempo que os fenômenos devem ser compreendidos em sua totalidade, não se pode perder de vista a necessidade de compreender as suas particularidades. Explicado na forma de exemplo, ainda que o direito seja um fenômeno social moldado por múltiplos fatores de ordem econômica, política, social, psicológicas entre outros, faz-se necessário não perder de vista a qualidade específica da relação jurídica (Mascaro, 2021).

3.3.2.1 Formulação do problema

Após a delimitação do tema, chega-se à etapa mais importante do projeto de pesquisa: a formulação do problema. O problema ultrapassa a mera seleção do assunto de interesse, constituindo-se como o núcleo de questões que dá sentido à investigação. Como bem explica Rafael Queiroz (2011, p.5):

> A diferença entre um mero assunto e um verdadeiro tema de pesquisa é que o assunto indica um campo de interesse, mas não necessariamente um objeto de inquietação, de dúvida, que será respondido por um trabalho de pesquisa.

O problema da pesquisa é, dessa maneira, a razão de ser de um projeto. É o seu núcleo central. É em torno do problema que todas as demais partes do projeto orbitam e se

10 O desafio teórico da interdisciplinaridade no direito foi uma questão especialmente desenvolvida por juristas francófonos, como André-Jean Arnaud e François Ost. Para este último, inclusive, diferentemente da *pluridisciplinaridade* (justaposição de disciplinas) e da *transdisciplinaridade* (integração de disciplinas em algo novo), a *interdisciplinaridade* adotaria uma disciplina particular (no caso, o direito) para, respeitando as suas especificidades, promover um diálogo com os demais saberes. Compreender as especificidades disciplinares seria, na visão de Arnaud (1991), necessário para evitar aquilo que chamou de "cacofonia", uma mescla temerária de métodos

desenvolvem. Afinal, toda investigação é realizada para enfrentar, entender, compreender e/ou abordar um determinado problema.

De maneira didática, pode-se afirmar que o problema de pesquisa é uma *questão sincera* e *relevante* dentro do campo temático escolhido.

Ser uma questão sincera significa dizer que é realmente uma dúvida para quem investiga. Essa dúvida não precisa ser necessariamente nova, podendo decorrer de indagações até muito antigas. Isso é evidente na pesquisa que investiga a interpretação do conceito de justiça em Aristóteles (384 a.C - 322 a.C). A dúvida pode ser decorrente da necessidade de organizar algo que está confuso, como uma pesquisa sobre a regulação tributária no país. Além disso, pode derivar da reflexão sobre qual seria o enquadramento jurídico aplicável a um fato social novo. Um exemplo contemporâneo seria a pesquisa sobre a dinâmica do direito autoral em criações geradas por programas de Inteligência Artificial (IA).

No entanto, para além de ser uma dúvida sincera, a questão deve ser relevante. Isso implica que vale a pena investigá-la devido às suas implicações sociais, pessoais, políticas, culturais e, acima de tudo, teóricas. Determinar a relevância de uma questão, por isso, não é algo simples ou trivial. Na verdade, requer um esforço prévio e essencial de pesquisa preliminar. Nesse sentido, ganha ainda mais importância a já mencionada Revisão Bibliográfica [11], sendo uma técnica útil para auxiliar na avaliação do impacto, atualidade e/ou originalidade da questão formulada.

Como sintetizam Marconi e Lakatos (2011, p.13):

> Problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para qual se deve encontrar uma solução. Definir um problema significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema deve haver clareza, concisão e objetividade.

No processo de definição do problema, por conseguinte, faz-se necessário pensar nos seus recortes, justamente para evitar a formulação de questões impossíveis. Recortar significa estabelecer os limites do problema, seja em relação ao próprio objeto de análise seja em relação ao próprio agente da pesquisa.

Quanto aos limites do objeto, é crucial verificar as variáveis conceituais, espaciais e temporais que conformam o problema, para torná-lo exequível. Por exemplo, uma

11 Vide o item 2.4.1 da Unidade Temática II desta obra

pesquisa que adota como problema de investigação "as ações da justiça no combate ao racismo" carece de recortes, uma vez que é amplo e genérico. Note-se a necessidade de delimitar o conceito de "justiça": afinal, trata-se de um conceito moral, de sinônimo de Poder Judiciário ou do conjunto das instituições do Sistema de Justiça (Defensoria Pública, Advocacia, Ministério Público)? Além disso, as "ações" que serão investigadas ocorreram em qual contexto geográfico e temporal? Imperioso o recorte espacial e temporal da questão.

Igualmente determinante é a definição dos limites do problema em relação ao agente da pesquisa. A familiaridade prévia com o assunto, o tempo disponível para a investigação, o acesso às fontes relevantes (primárias e secundárias), a natureza da pesquisa (se acadêmica, profissional etc.), o prazo da instituição, entre outros fatores, precisam ser considerados para a adequada delimitação do problema. Sem essas delimitações, as chances de formulação de um problema inexequível são significativas.

Portanto, dedique um tempo significativo para elaborar a pergunta. Explore amplamente materiais relacionados à sua área de interesse, bem como bibliografias complementares sobre métodos de pesquisa. Dessa forma, você evitará a formulação de problemas impossíveis, excessivamente genéricos ou irrelevantes.

Ter uma pergunta bem formulada é um passo crucial para conduzir uma pesquisa de qualidade. Afinal, sem compreender claramente o que deseja analisar e investigar, a pesquisa pode perder a direção, tornando-se uma atividade desmotivadora. Seja preciso e sucinto ao desenvolver sua pergunta, que pode ter caráter teórico ou empírico, esforçando-se inclusive para redigi-la na forma interrogativa. Isso o ajudará a evitar futuras confusões em relação ao rumo do seu projeto."

Lembre-se de manter a coesão e a clareza em todo o texto. Continue refinando sua redação para expressar suas ideias de maneira eficaz.

3.3.2.1.1 Tipos de problema de pesquisa

No campo do direito, podemos identificar ao menos três tipos clássicos de problema de pesquisa: *teórico*, *descritivo* e *propositivo*.

O primeiro tipo expressa uma investigação em torno de um problema abstrato que pode ou não ter sido objeto de reflexões anteriores, como observado por Umberto Eco (2007). Seria o caso, por exemplo, de uma pesquisa que se propõe a identificar a

perspectiva jurídica que emerge da abordagem de "hegemonia" na obra de Antonio Gramsci, bem como aquela que busca compreender o conceito de direito à luz das reflexões de Immanuel Kant sobre liberdade.

O segundo tipo está no campo das investigações empíricas, vez que há o esforço de descrever um determinado fenômeno. Essa descrição é essencial para permitir avaliações críticas à luz dos resultados obtidos. Um exemplo de pesquisa descritiva seria aquela que se propõe a identificar as iniciativas da Defensoria Pública do Estado da Bahia no combate ao racismo, a partir da implementação da Lei n.13.182/2014, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no Estado da Bahia.

O terceiro tipo é a mais comum na área jurídica, em razão da prevalência da mentalidade juspositivista na formação tradicional [12]. É a pesquisa tipicamente dogmática, em que a natureza prescritiva prevalece no problema. Como sintetiza didaticamente Rafael Queiroz (2011), a pesquisa dogmática pode seguir dois caminhos: a *lege lata* ("segundo a lei") e a *lege ferenda* ("pela lei a ser feita"). A primeira é aquela que adota um problema de natureza interpretativa sobre uma determinada norma. É o tipo de investigação que, por exemplo, identifica as diferentes hermenêuticas sobre a norma, estabelecendo aquela mais adequada à matriz teórica adotada pelo agente da pesquisa. A pesquisa *lege ferenda*, por seu turno, é aquela que objetiva apresentar uma crítica à resposta jurídica vigente sobre determinado assunto. Como sintetiza Rafael Queiroz (2011): "Elas já partem de uma a resposta dogmática estabelecida, mas com a qual não concordam; por isso, criticam a resposta juridicamente válida e /ou propõem-lhe alterações".

3.3.3 Justificativa

Após determinar o tema e o problema de pesquisa, é necessário justificar a importância, seja nas suas dimensões pessoal, social, política e, sobretudo, teórica. Afinal, qual a importância do problema? O que o torna relevante? Qual o fundamento teórico utilizado para chegar a esse questionamento?

A fase da justificativa é, portanto, uma síntese do percurso investigativo percorrido na elaboração do projeto. Ela evidencia o nível de conhecimento prévio sobre o assunto, ao mesmo tempo em que comprova a relevância da proposta, delineando a sua importância.

12 Vide o item 2.3.1 da Unidade Temática II desta obra.

3.3.3.1 Hipóteses e referenciais teóricos

Os marcos teóricos, ao estabelecerem os conceitos fundamentais para interpretação de alguma realidade, conferem conteúdo e sentido aos problemas de pesquisa, incluindo as suas hipóteses de trabalho.

A hipótese é uma possível resposta à pergunta-problema. A característica principal de uma hipótese é que ela pode ser negada ou confirmada ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Por isso, é fundamental encarar as hipóteses de trabalho como orientações para a investigação, sem receio de que possam ser negadas ou até mesmo redefinidas durante o processo. Aliás, a não confirmação de hipóteses desempenha um papel crucial no processo de aprendizado sobre o objeto de pesquisa. Apenas em pesquisas não científicas os argumentos prévios não são sujeitos a refutação. Nesse tipo de abordagem, vale ressaltar, a realidade não influencia a revisão de ideias preestabelecidas. Superar essa mentalidade opinativa é um desafio necessário para alcançar um maior rigor científico, inclusive na área do direito.

Tomando de volta o exemplo de problema voltado a identificar as iniciativas da Defensoria Pública do Estado da Bahia para combate ao racismo, poder-se-ia verificar se as ações encontradas se enquadram na tipologia de "serviços legais tradicionais" e "serviços legais inovadores" desenvolvida por Celso Campilongo (2008).

3.3.4 Objetivos

Os objetivos consistem nas ações que serão realizadas para enfrentamento do problema de pesquisa, em especial das hipóteses de trabalho. Por isso, deve haver uma correspondência lógica entre esses elementos do projeto. Por serem ações, geralmente os objetivos são apresentados de maneira concisa (às vezes até por meio de tópicos), com precisão, utilizando verbos no infinitivo (analisar, comparar, coletar etc.).

Normalmente, os objetivos são divididos em dois itens: *objetivo geral* e o*bjetivos específicos*. O primeiro refere-se ao aspecto fundamental que será abordado no problema formulado, como análise, descrição, interpretação, comparação, entre outros. Os objetivos específicos, por sua vez, são as ações específicas que precisam ser realizadas para alcançar o objetivo geral. Esses objetivos podem ser exploratórios (conhecer, identificar, levantar, descobrir), descritivos (caracterizar, descrever, traçar, determinar) e/ou explicativos (analisar, avaliar, verificar, explicar).

3.3.5 Metodologias e técnicas de pesquisa

De maneira intimamente conectada aos objetivos, as metodologias e técnicas de pesquisa consistem na exposição dos procedimentos, teóricos ou empíricos, que devem ser realizados para produção dos dados considerados necessários ao enfrentamento do problema de investigação.

Por exemplo, você realizará uma pesquisa de campo? Você fará entrevistas? Você irá acompanhar audiências? Você irá analisar legislação e doutrina?

É responsabilidade do pesquisador, fundamentar suas escolhas metodológicas, entendendo tanto as limitações quanto as potencialidades dos dados provenientes de cada uma das técnicas escolhidas para a investigação. Tão crucial quanto compreender o que os dados encontrados permitem inferir, é identificar o que não pode ser conclusivo com base neles. Em outras palavras, é fundamental reconhecer os limites das técnicas utilizadas e das informações coletadas.

Lembrem-se sempre de que é fundamental estudar a bibliografia sobre metodologia de pesquisa, e não apenas focar no estudo do assunto selecionado para investigação!

3.3.6 Sumário provisório

O sumário provisório é uma previsão aproximada dos resultados da pesquisa futura. Caso o resultado da sua pesquisa seja uma monografia, tente esboçar como seria o sumário provável, considerando o problema de pesquisa, as hipóteses e os objetivos formulados.

Isso representa um esforço significativo de antecipação para direcionar o percurso da pesquisa, embora possa estar sujeito a ajustes ao longo do caminho (por isso, é "provisório"). Certamente, quanto maior a dedicação na elaboração do projeto, maior será a eficácia desse sumário em cumprir seu propósito.

3.3.7 Cronograma

O cronograma é etapa fundamental para verificar a exequibilidade da pesquisa, expressando, ainda, a capacidade de planejamento e organização do proponente. Infelizmente, não é incomum encontrar estudantes que não se dedicam a organizar um cronograma sólido, delimitando adequadamente as tarefas (os objetivos específicos) no tempo e no espaço. Em vez disso, frequentemente o fazem de forma excessivamente ampla e sem comprometimento. Essa abordagem acaba tornando a atividade de pesquisa árdua e, por vezes, até traumática.

Para evitar essa situação, dedique-se ao planejamento das atividades. Tenha clareza sobre a existência de prazos que norteiam a investigação. À luz desses prazos, verifique também as suas condições pessoais, visando maximizar o tempo disponível para o projeto, considerando as tarefas que devem ser realizadas – estudos, orientações, elaboração de fichas de leitura, redação de textos etc.

Organização e disciplina são componentes essenciais para uma pesquisa bem-sucedida!

3.3.8 Referências bibliográficas

As referências bibliográficas são a seção onde ocorre a listagem dos materiais fundamentais – livros, artigos, relatórios, documentos normativos etc .– para a pesquisa. Recomenda-se a divisão desse item em dois: a bibliografia *consultada* e a bibliografia *selecionada*.

A primeira consiste na apresentação dos materiais que foram lidos e serviram como base para a elaboração do projeto. A segunda, por sua vez, diz respeito aos materiais que já foram identificados como fontes de dados relevantes e que serão utilizados ao longo da investigação.

3.4 Notas finais sobre a redação científica

Um dos aspectos centrais na elaboração dos textos da pesquisa, incluindo o projeto, é o cuidado com a linguagem. Sem esse cuidado, há o risco de apresentar as ideias de maneira confusa e desorganizada, reduzindo sobremaneira a capacidade de compreensão dos leitores. Por isso, como aponta Deisy Ventura (2000, p. 82), "o texto deve ser preciso, claro, exaustivo no que atine ao núcleo do tema, uniforme e isento".

Além do uso correto das regras gramaticais (pontuação, concordância verbal etc.) e de formatação vigentes (como o padrão da ABNT), o texto deve guardar coerência e lógica entre suas partes. Ou seja, o texto não pode ser uma mera junção de argumentos aleatórios e/ou colagem de citações (*diretas* ou *indiretas*) [13], mas sim um conjunto de ideias articuladas. Isso ressalta a importância não apenas de conferir sentido completo aos parágrafos, mas também de garantir uma transição harmoniosa tanto entre os parágrafos quanto entre as seções do trabalho. Assim explica Ventura (2000, p. 92): "Se o liame entre um trecho e outro não for demonstrado, há o risco de que o leitor não compreenda corretamente o pensamento do autor". Conectivos como "No entanto", "Dessa maneira",

13 Citação direta é a transcrição *ipsis litteris* ("tal como foi escrito") de um trecho, de uma frase ou de um parágrafo elaborado por terceiros. A citação indireta, por outro lado, é a exposição do argumento de terceiro com as palavras de seu leitor. Ao longo desse livro, vocês, inclusive, podem observar uma série de citações diretas e indiretas.

"Consequentemente", "Por outro lado", entre outros, são ferramentas úteis para essa tarefa de harmonização textual.

A precisão na linguagem também é uma virtude a ser perseguida. Deve-se, dessa forma, evitar a prolixidade, que erroneamente tem sido confundida com erudição. Conseguir comunicar de maneira simples, sem perder a habilidade de abordar ideias complexas, é um dos grandes desafios na comunicação científica. Para isso, é aconselhável usar períodos mais curtos, expondo as ideias de maneira objetiva e direta. Isso ajuda a evitar a criação de frases excessivamente longas, que podem dificultar a compreensão do próprio argumento, principalmente quando ocorrem erros de pontuação, digitação ou concordância verbal.

Na atividade científica, é fundamental considerar que o pesquisador tem o ônus da argumentação. Isso implica na sua responsabilidade de conhecer e apresentar a origem dos argumentos expostos, sejam eles de natureza teórica ou empírica. Essa não é apenas uma obrigação decorrente do princípio da honestidade intelectual do qual já falamos no primeiro capítulo, mas também um critério essencial de seriedade, disciplina e habilidade organizacional no trabalho em desenvolvimento. Isso evidencia o rigor com o qual o tema está sendo tratado. Ao mesmo tempo que é virtuoso o agente da pesquisa conhecer e expor adequadamente a genealogia das próprias ideias, o uso de chavões e frases de efeitos (como "é notório", "é óbvio", "é de conhecimento comum", entre outros) usados como subterfúgios para camuflar a ausência desse tipo de conhecimento é um vício que deve ser evitado.

A revisão é etapa essencial para a construção de um texto adequado. Não se pode, por isso, desprezá-la, relegando-a a segundo plano, como algo opcional e/ou feita às pressas. A revisão demanda comprometimento, seriedade e tempo. Somente assim é possível corrigir erros gramaticais e/ou de digitação, além de formatar o trabalho de acordo com as regras de referência. Também é necessário reformular frases, parágrafos, seções ou capítulos para garantir que a argumentação seja coesa, coerente e compreensível. É importante questionar-se constantemente sobre a qualidade do texto: ele está escrito da melhor forma? A ideia está clara? Existe ambiguidade no argumento? Os conceitos e termos estão precisos? Nesse contexto, é útil se colocar no lugar do leitor e avaliar se ele conseguiria entender o texto como foi redigido.

Palavras Finais

Pode ser que, considerando tudo o que foi mencionado, surjam questionamentos sobre se as orientações metodológicas não restringem, ou até mesmo sufocam, a criatividade essencial ao desenvolvimento científico. Para dissipar tais preocupações, são valiosas e elucidativas, as ponderações de Eduardo Bittar (2015, p.123):

Se é certo, pois, que existe uma liberdade muito grande de o autor criar a sua própria linguagem para expressar conteúdos científicos, ao mesmo tempo, há que se dizer que o método cumpre sua função ao refrear essa liberdade, conferindo-lhe limites. […] Deve-se enfatizar, portanto, o fato de que não há castração da liberdade criativa do autor pelo método, mas sim disciplina e orientação dessa liberdade para que seja exercida conforme as convenções e padrões internacionalmente aceitos e construídos, e conforme o postulado da transparência textual, para que se confira a maior acessibilidade possível à produção científica.

Portanto, considerando as limitações deste livro, almejo que, ao final da leitura, não haja dúvidas quanto à importância de se dedicar aos estudos metodológicos. Essa dedicação, sem dúvida, abrirá caminho para avanços qualitativos na nobre missão de gerar conhecimento, especialmente no âmbito dos direitos humanos. Tais estudos podem contribuir de diversas formas:

- *Expandir o escopo da pesquisa jurídica*, ao superar as limitações teóricas do enfoque puramente normativista, permitindo a compreensão do direito como um fenômeno complexo, inseparável das relações sociais;
- *Aprimorar a qualidade da pesquisa dogmática*, ao ser realizada com rigor e familiaridade com diversas técnicas de pesquisa, (re)formulando conceitos para a aplicação do ordenamento jurídico; e
- *Conferir atenção aos efeitos, causas e valores das relações jurídicas*, promovendo a abordagem empírica e interdisciplinar, o que viabiliza uma visão crítica sobre o papel do direito na sociedade

Boas pesquisas!

Ilustração: Freepik

Referências

Referências (Unidade Temática 1)

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BONILLA, Daniel M. La Economía Política Del Conocimiento Jurídico. **Revista de Estudos Empíricos em Direito - Brazilian Journal of Empirical Legal Studies**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 26-59, jan. 2015.

BONILLA, Daniel M. **Los bárbaros jurídicos:** identidad, derecho comparado moderno y el Sur Global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2020.

CHALMERS, Alan. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jan. 2023.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1.

GRANGER, Gilles-Gaston. **A ciência e as ciências**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídos do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, p. 25-49, v. 31, n.1, jan./abr., 2016.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 1998.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Textos**.São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 1.

MASCARO, Alysson. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

ROQUE, Tatiana. **O dia em que voltamos de Marte**: uma história da ciência e do poder, com pistas para um novo presente. São Paulo: Planeta, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELOS, Jonnas. Apontamentos sobre neutralidade e objetividade na pesquisa jurídica. *In*: MELLO, Lawrence Estivalet de; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; LOPES, João Gabriel Pimentel; OLIVEIRA, Isabela Fadul de; VASCONCELOS, Jonnas Esmeraldo Marques de; CARVALHO, Felipe Santos Estrela de; FREITAS, Carlos Eduardo Soares de. **Pandemia, trabalho e educação**: ensaios jurídicos críticos. Salvador: PPGD/UFBA: Edufba, p. 236-265, 2023. Disponível em: https://edufba.ufba.br/livros-publicados/catalogo/pandemia-trabalho-e-educacao-ensaios-juridicos-criticos. Acesso em: 25 jan. 2023.

VASCONCELOS, Jonnas. Ética na pesquisa e o direito. **Revista do CEPEJ**, Salvador, n. 23, p.12-27, 2021. Disponível em: https://revista.cepej.com.br/index.php/rcepej/article/view/69. Acesso em: 25 jan. 2023.

WACHOWICZ, Marcos; FONTOURA COSTA, José Augusto. **Plágio acadêmico**. Curitiba: Gedai Publicações: UFPR, 2016.

WALLIMAN, Nicholas. **Research Methods**: the basics. London: Routledge, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Referências (Unidade Temática 2)

ADLER, Mortimer J; VAN DOREN, Charles. **Como ler livros**: o guia clássico para a leitura inteligente. São Paulo: É Realizações, 2010.

ALMEIDA, Ronaldo. Roteiro para o emprego de grupos focais. *In*: SESC SÃO PAULO; CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 42-59

ALONSO, Ângela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. *In*: In: SESC SÃO PAULO; CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 8-23

BECKER, Howard. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.184-189, jul. 2014.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRUNI, José Carlos. **Como ler**. Sugestões para um prática produtiva da leitura. São Paulo, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/109243/mod_resource/content/2/Como%20ler.pdf

CALVINO, Ítalo. **Por quer ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. Inovação dos métodos de pesquisa em direito e renovação da produção científica..[mesas de debates 2*]. **Anais do I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18520%3Apesquisa-empirica-em-direito-anais-do-i-encontro-de-pesquisa-empirica-em-direito-ribeirao-preto-29-e-30-de-setembro-de-2011&catid=336%3A2013&directory=1&Itemid=1

DA SILVA, Márcia; QUINTINO, Fernanda P. de A.; REIS, Joab G.; WEIGEL, Valéria. A. C. de M. As dificuldades de leitura e interpretação de textos no ambiente universitário / The difficulties of reading and interpreting texts in the university environment. **Brazilian Journal of Development**, [*s. l.*], v. 8, n. 2, p. 12328–12337, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-258. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44197.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese: em ciências humanas**. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2007.

PARRA FILHO, Domingos. **Apresentação de trabalhos científicos**: monografias, TCCs, Teses e Dissertações. São Paulo: Futura, 2000.

GILL, Rosalind. Discursive analysis. *In*: BAUER, Martin W; GASKELL, **George. Qualitative research with text, image and sound**: a practical handbook. London: SAGE, 2000. p. 172-190.

IGREJA, Rebecca Lemos. O Direito como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Maíra. (org.). **Pesquisar empiricamente o Direito**, São Paulo, v. 1, p. 11-37, 2017

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: SESC SÃO PAULO; CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 24-59.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. O método da leitura estrutural. **Cadernos Direito GV**, São Paulo, v. 4, n. 2, mar. 2007. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/mod/url/view.php?id=2749941

MACHADO, Maíra. (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. **Cadernos Direito FGV**, São Paulo, n.1, p. 1-19, set. 2004.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas : Editora Unicamp; 1997. p. 61-105.

POLE, Kathryn. Diseño de metodologías mixtas. Una revisión de las estratégias para combinar metodologías cuantitativas y cualitativas. **Renglones**. Tlaquepaque, Jalisco, n. 60, p. 37-42, mar./ ago. 2009. Disponível em: https://rei.iteso.mx/bitstream/handle/11117/252/katrhryn_pole.pdf?sequence=2.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Como decidem as cortes?** Para uma análise crítica do direito (brasileiro). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SADEK, Maria Teresa. A pesquisa em direito e a pesquisa em ciências sociais. [mesas de debates 1*]. **Anais do I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18520%3Apesquisa-empirica-em-direito-anais-do-i-encontro-de-pesquisa-empirica-em-direito-ribeirao-preto-29-e-30-de-setembro-de-2011&catid=336%3A2013&directory=1&Itemid=1

SESC SÃO PAULO; CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Métodos de pesquisa em ciências sociais:** bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo: CEBRAP, 2016.

SESC SÃO PAULO; CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Métodos de pesquisa em ciências sociais:** bloco quatitativo. São Paulo: Sesc São Paulo: CEBRAP, 2016.

SHAFFER, Gregory; GINSBURG, Tom. A reviravolta empírica na doutrina do direito internacional. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.192-235, jan. 2015.

WEBLEY, Lisa. Qualitative approach to empirical legal research. In: CANE, Peter; KRITZER, Herbert M. (ed.). **The Oxford Handbook to Empirical Legal Research**. United Kingdom: Oxford University Press, 2010, p. 927-950.

Sítios eletrônicos úteis:

Plataforma Lattes: https://lattes.cnpq.br/

Plataforma Sucupira: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: https://bdtd.ibict.br/vufind/

Repositório UFBA: https://repositorio.ufba.br/

Rede de Estudos Empíricos em Direito: https://reedpesquisa.org/

Instituto de Pesquisa, Direito e Movimentos Sociais: http://www.ipdms.org.br/

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi): https://conpedi.org.br/#/

Referências (Unidade Temática 3)

ARNAUD, André-Jean. **Direito traído pela filosofia.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAMPILONGO, Celso. **Assistência jurídica e realidade social**: apontamentos para um tipologia dos serviços legais. Porto Alegre: Najup, 2008. Disponível em: https://najup.files.wordpress.com/2008/08/2-nova-tipologia-dos-servic3beos-legais.pdf.

CANE, Peter; KRITZER, Herbert M. (ed.). **The Oxford Handbook to Empirical Legal Research**. United Kingdom: Oxford University Press, 2010

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese: em ciências humanas**. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2007.

FILHO, Domingos Parra. **Apresentação de trabalhos científicos**: monografias, TCCs, Teses e Dissertações. São Paulo: Futura, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MASCARO, Alysson. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 2021.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva, 2018.

OST, François. **O direito como experiência**: introdução à epistemologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1992.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Artigo científico: concepção, temas, métodos e técnicas. **BePress Selected Works**, 2011. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/89112839/art-mafei-tema-problema-e-tecnica.

VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica**: uma visão prática. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

Universidade Federal da Bahia

Metodologia da Pesquisa

A disciplina de *Metodologia da Pesquisa* faz parte do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade, na modalidade a distância, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A metodologia é, a um só tempo, um campo do saber acessório à atividade científica e um conjunto de regras de caráter normativo, estabelecendo padrões à pesquisa. Este livro foi pensado para ajudar você a navegar sobre os principais assuntos desta disciplina, revelando, ao mesmo tempo, a sua importância para a tão pretendida formação em direitos humanos.

PROEXT
Faculdade de Direito
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SEAD
NELT